

Estudantes



34005

R297e

a.4n.5,

Julho
1949

ARTIGOS DE

ARNÓBIO GRAÇA —
EDSON NERY DA FON
SECA — FR. ROMEU
DALE O. P. — JUAREZ
BATISTA — ARIANO
SUASSUNA — GLAUCIO
VEIGA.

TRANSCRIÇÃO

PROBLEMAS DE BASE
DO BRASIL

CONTOS DE

VANILDO BEZERRA CA
VALCANTI — DORANY
SAMPAIO

POESIA DE

GUERRA DE HOLAN-
DA — DUARTE NETO
— JOSÉ LAURENIO DE
MELO — FERNANDC
FERREIRA DE LOANDA
— ELVIA LORDELO —
OLIVEIROS LITRENTA
— GERALDO VALENÇA

TEATRO DE

JOSÉ DE MORAIS PI-
NHO

REGISTRO
BILIOGRÁFICO

ESTUDANTES

DIRETORIO ACADEMICO DE DIREITO

ANO IV

JULHO - 1949

Nº 5

Diretor — Antônio Neves

Redator — Carlos Maciel



Desenho de Reinaldo Fonsêca
especial para ESTUDANTES

CUSTO DE VIDA

ARNÓBIO GRAÇA

O custo de vida é um problema sempre novo num país sem agricultura e sem indústria, desarticulado e pobre, sem política social, sem profissionalismo capaz, sofrendo de «linfatismo econômico» e solapado pelos partidos da burguesia mais reacionária e estúpida que existe nas Américas. Num Brasil sem diretrizes, sem rumos ideológicos e sem resistência ao ímpeto da desagregação nacional. Num Brasil com quatro ou cinco cidades desenvolvidas, ocidentalizadas, e com milhões de trabalhadores rurais entregues ao desamparo, ao pauperismo e à miséria. Num Brasil, enfim, povoado de vítimas da subnutrição e da fome.

Estudando a questão, em seu magnífico livro, Josué de Castro divide o nosso país em cinco vastas áreas alimentares: a) amazônia; b) a mata e o sertão nordestinos; c) centro-oeste; d) extremo-sul. Mas distingue as áreas de fome coletiva daquelas onde há somente desequilíbrios dietéticos e subnutrição. Nelas, a situação é pungente, é calamitosa: o homem vencido pelo meio físico, sem instrumentos de produção, que constituem objeto de monopólio, e sem esperança de existência melhor, porque não acredita mais no governo e sentindo a falta de carne, de leite, de verduras e frutas, de vitaminas, enfim, de tudo que é necessário à vida. Por isso, o habitante desta e de outras regiões se torna um elemento humano inútil e revoltado contra a ordem social vigente. Surgem os agitadores que

encontram um imenso terreno de fácil exploração ideológica, enquanto os políticos se afogam nas águas sujas dos seus conluíes e a burguesia, insensível e mesquinha, entrega a guarda de suas propriedades às forças da repressão policial.

O custo de vida é a soma das necessidades individuais e coletivas expressa em moeda. É o preço da alimentação e habitação, do vestuário e transportes, da higiene e educação da pessoa e do seu grupo familiar. Mas o setor alimentação é o mais caro, o mais importante, pois abrange, em nossos dias, 60% das despesas domésticas e os outros 40% se destinam à satisfação das demais necessidades.

O índice dos gêneros alimentícios, em nosso país, é avaliado pelo preço de varejo de 47 produtos dos quais 36 se originam da agricultura e 11 são artigos industriaizados, como o pão, o café beneficiado e a manteiga. Por aí se vê o valor da agricultura no problema do custo de vida no Brasil, desta mesma agricultura que está morrendo sob peso da concentração latifundiária, da carência de crédito e de mecanização, do êxodo rural. Desta infeliz produção agrícola, que ainda não deixou de ser um limitado esforço de «exploração extensiva» e um «serviço colonial» do nosso comércio exterior.

A ELEVAÇÃO DO CUSTO DE VIDA E AS SUAS CAUSAS

O Departamento Cultural da Fre-

feitura de São Paulo realizou, há poucos meses, pesquisas sobre a elevação do custo de vida das classes operárias e médias, chegando a conclusões que, pela sua relevância e oportunidade, precisam ser conhecidas:

Elevação do custo de vida das classes operárias, em São Paulo

Período	Índices
1939	100
Dezembro de 1945	237,9
Dezembro de 1946	296,9
Dezembro de 1947	330,1
Dezembro de 1948	375,1 (2).

Elevação do custo de vida das classes médias, em São Paulo

Período	Índices
1939	100
Dezembro de 1945	207,7
Dezembro de 1946	252,6
Dezembro de 1947	284,7
Dezembro de 1948	312,6 (2).

Por outro lado, o aumento percentual do custo de vida das classes operárias foi o seguinte:

Período	Porcentagem
1930-1940	5,6
1940-1941	14,5
1941-1942	16,4
1942-1943	9,7
1943-1944	33,7
1944-1945	19,1
1945-1946	18,7
1946-1947	12,5
1947-1948	14,8 (2)

Quanto às classes médias, houve este aumento:

Período	Porcentagem
1939-1940	9,9
1940-1941	10,6
1941-1942	14,4
1942-1943	9,8
1943-1944	26,2
1944-1945	15,2
1945-1946	17,3
1946-1947	13,2
1947-1948	11,1 (2)

Os quadros acima, além de outras cousas tristes, demonstram esta ver-

dade tremenda: a elevação do custo de vida das classes operárias foi maior do que a do custo de vida das classes médias. Se tal acontece na capital paulista e no segundo Estado do Brasil, não há dúvida de que, nos outros pontos do país, a situação não é menos cruel ou desesperadora. Basta dizermos que, de 1939 a agosto de 1948, houve, em nossa pobre pátria, o seguinte: aumento no custo da alimentação — 342%; aumento no custo do vestuário — 316% e aumento no custo de vida — 269% (3).

Julgamos que as principais causas da elevação do custo de vida em nosso país são estas:

- a) escassez da produção agrícola, proveniente da falta de braços e de máquinas, da concentração latifundiária, da carência de crédito organizado, de conforto e de higiene das populações rurais;
- b) política inflacionista do governo através das emissões e dos aumentos de salários;
- c) elevação dos impostos e falta de transportes ou de meios de circulação da riqueza nacional;
- d) especulação mercantil deshonesta e câmbio negro;
- e) alto custo da produção industrial brasileira e deslocamento do eixo da produção para as matérias primas e os artigos manu-e-máquinofaturados.

OS REMÉDIOS ADOTADOS PELO GOVERNO

Dois têm sido, apenas, os remédios adotados pelo governo para a

(1) — Martins de Almeida — Brasil Errado — págs. 10 e segs. Josué de Castro — Geografia da Fome págs. 44... Monteiro Lobato — O Escândalo do Petróleo e Ferro — págs. 11 e 12.

(2) — O Observador Econômico e Financeiro — Nos. 153 e 155 — 1948.

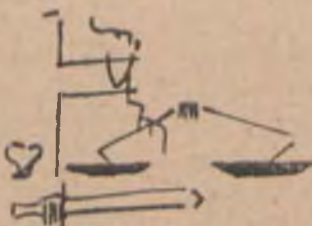
(3) — O Observador Econômico e Financeiro — No. 153 — 1948.

solução do problema do custo de vida: os **tabelamentos** e os **reajustamentos** de salários. Ao nosso ver, a terapêutica do governo é condenável. O tabelamento é essa cousa ridícula que pode ser violada sempre e em prejuízo da grande massa consumidora. Quanto ao aumento dos salários, é uma ilusão. Depois de dois meses, o **aumento** se perde na voragem dos preços.

Sentindo a ineficácia dos remédios em estudo, o governo mandou que os seus técnicos elaborassem o **Plano Salte**, abrangendo os quatro problemas fundamentais da nação: **saúde, alimentação, transportes e energia**. Trata-se, pois, de uma das maiores iniciativas na história pouco edificante da nossa economia dirigida, porém muitos autores não a consideram um **Plano** no sentido rigorosamente científico. É um **programa de governo**, grande nas suas

dimensões, e duvidoso relativamente à sua execução. É certo que os problemas focalizados no referido **Plano** são importantes para a sobrevivência do país, contudo os técnicos que o fizeram, cometeram alguns erros, talvez pela orientação do atual governo, pela influência da ideologia liberal-burguesa, e talvez pela falta de material humano e de rumos condizentes com as verdadeiras necessidades do Brasil. Esses técnicos ou mesmo políticos não conseguiram chegar às raízes dos nossos longos sofrimentos ou da nossa inveterada desorganização econômica e social. Permaneceram na superfície dos fatos, enquanto a nação continua a cambalear sob o peso de tantas desventuras.

Por isso, julgamos que seria mais útil, promover o governo uma reforma completa nas velhas estruturas da economia brasileira.



BIBLIOTECA DA FACULDADE DE DIREITO: UMA BELA ADORMECIDA QUE DESPERTA

EDSON NERY DÂ FONSECA

Pedi-me um dos redatores de **Estudantes** que eu escrevesse para esta revista uma informação acêrca dos trabalhos de reforma que estão sendo executados na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Recife. São trabalhos tão exaustivos que não me deixam quase tempo nenhum para outras atividades. Mesmo a de escrever sôbre eles. Trabalhos como aqueles que Gilberto Freyre chamou de «feios e fortes», em oposição aos que têm apenas beleza e brilho superficial.

É possível que em circunstâncias normais a biblioteca seja para o bibliotecário aquele «repouso de centro do mundo» de que fala E. Carréra Guerra no seu belo poema «O Bibliotecário». É possível que o cargo de bibliotecário seja, nas bibliotecas comuns ou normais, assim como o de um «guardião do pomar», como disse o mesmo poeta. Mas a Biblioteca da Faculdade de Direito não era, de modo nenhum, uma biblioteca «normal». O estado em que vim encontrá-la, ao contrário, era o mais anormal que se possa imaginar. Exigia tanto o trabalho fino e delicado de classificar e catalogar livros como o trabalho «feio e forte» de colocar em funcionamento uma «máquina» que não trabalhava há muito tempo.

* * *

Um dos pontos mais importantes

da reforma que está sendo empreendida na Biblioteca da Faculdade de Direito é a arrumação dos livros nas estantes de acôrdo com o sistema decimal de Melvil Dewey, completado, na parte de Direito, pelo do Instituto Internacional de Bibliografia de Bruxelas, tendo sofrido êste uma adaptação ao programa dos cursos jurídicos brasileiros.

Não se compreendia que uma biblioteca universitária tivesse os seus livros arrumados pela ordem de aquisição. Aos estudantes, professores ou quaisquer outros leitores que estiverem preparando algum trabalho será permitido o livre acesso às estantes, onde serão encontrados, num só lugar, todos os livros que a biblioteca possui sôbre o assunto procurado. É lamentável que a biblioteca não possa oferecer esta vantagem a todos os seus leitores, o que se deve unicamente à planta do edifício, com uma separação rígida entre o salão de leitura e o armazem de livros. Para o salão de leitura, entretanto, serão removidas tôdas as obras de referência, a saber, enciclopédias, dicionários, biografias coletivas, bibliografias, atlas, etc., que ficarão à disposição dos leitores, para consultas independentes de qualquer formalidade.

Na sala que separa o salão de leitura no hall ficará localizado o catálogo da biblioteca, num móvel elegante, desenhado, juntamente com

as estantes do salão de leitura, pelo estudante de Direito Aluizio Magalhães. A Biblioteca da Faculdade será a primeira no Recife que terá um catálogo-dicionário, hoje bastante difundido no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na catálogo-dicionário os leitores encontrarão os livros procurados, tanto pelo nome do autor como pelo título e pelo assunto, tudo numa só ordem alfabética.

Os catálogos em livros serão abolidos, desde que envelhecem muito depressa, sendo adotado unicamente o catálogo em fichas, que pode ser constantemente atualizado e oferece maior facilidade para consulta.

Ainda na mesma sala ficará localizado, em frente ao catálogo, o balcão de Referência, onde um bibliotecário especializado orientará os leitores na utilização da biblioteca, fornecerá bibliografias e responderá todas as perguntas que lhe forem feitas, principalmente sobre Direito. A Biblioteca possui ótimas enciclopédias e dicionários especializados, podendo responder a qualquer consulta, mesmo pelo telefone. A seção de Referência terá ainda um fichário da legislação federal referente a Pernambuco, o que lhe permitirá fornecer, a qualquer momento, o texto de qualquer decreto ou o número do decreto que trate de qualquer assunto ligado ao Estado e ao Ensino.

O empréstimo de livros, que era um privilégio dos professores, será estendido a todos os alunos e a qualquer leitor, desde que façam sua inscrição na biblioteca — inscrição absolutamente gratuita — comprometendo-se a indenizá-la pela perda ou danos causados no seu patrimônio. É claro que nem todos os livros poderão ser emprestados. Estão neste caso as obras de Referência, e, nas épocas de provas parciais e exames, os compêndios mais consultados pelos alunos da Faculdade.

A Biblioteca fará, ainda este ano, uma exposição das obras raras que possui, e que não são poucas. Há verdadeiras preciosidades, edições que deixarão os colecionadores com água na boca. É pena que muitas dessas obras estejam estragadas, mas a Universidade já contratou um técni-

co para restaurá-las. Há, por exemplo, primeiras edições da conhecida obra de Barleus, *Rerum per octenium in Brasilia* (Amsterdam, 1647), do *Castrioto Lusitano* (Lisboa, 1679), da *Benedictina Lusitana* (Coimbra, 1644) e segundas edições da *Kritik der reinen Vernunft*, de Kant, do *Reisebilder* de Heine etc. Em Agosto, mês do segundo centenário do nascimento de Goethe e do primeiro centenário do nascimento de Joaquim Nabuco, a Biblioteca realizará duas exposições acerca destes grandes escritores. Em Novembro, será a vez de Rui Barbosa, cujas obras serão expostas na própria secretária que pertenceu ao grande brasileiro. E como estas, outras exposições serão promovidas pela Biblioteca da Faculdade, com o fim de atrair o maior número de leitores para as suas coleções e para os serviços que ela pode prestar.

* * *

Eis uma síntese do projeto que apresentei ao Magnífico Reitor da Universidade do Recife, projeto por ele aprovado e para cuja execução tem cooperado com uma solicitude que é um grande estímulo para os bibliotecários, numa terra onde se faz tão pouco caso de bibliotecas. É uma tristeza, por exemplo, olhar para o estado em que se encontra a Biblioteca Pública de Pernambuco. Culpa do seu diretor? De modo nenhum. Culpa do orçamento ridículo que lhe dá o governo do Estado, a cuja frente se encontra, por uma ironia do destino, um membro da Academia Brasileira de Letras. Diante disto é que eu pergunto o que poderia fazer na Biblioteca da Faculdade de Direito, por mais boa vontade e disposição para o trabalho que tivesse, se não me fossem dados os meios necessários.

Ao professor Joaquim Amazonas, portanto, é que os estudantes de Direito e a população do Recife devem agradecer o grande benefício de uma autêntica biblioteca pública na cidade. Ele fez a bela adormecida no palácio da praça Adolfo Cirne despertar para uma vida nova.

O S DOMINICANOS E A VIDA UNIVERSITARIA

FR. ROMEU DALE O. P.

Não seria exato dizer que o apostolado universitário constitue a atividade específica da Ordem de São Domingos, ou, para exprimir melhor as coisas, da Ordem dos Frades Pregadores. Como o seu próprio nome indica, esta Ordem foi e está destinada à pregação da Verdade cristã, da Verdade que é o Cristo Senhor Nosso, a todos os homens, de todos os povos, raças e línguas: «sapientibus et insipientibus debitor sum».

As testemunhas do processo de canonização, assim como os primeiros cronistas nos contam o ardente desejo do fundador da Ordem de ir evangelizar os pagãos da Europa oriental. Ele nunca pôde concretizar esse desejo, mas ainda vivo teve a grande satisfação de iniciar, graças a seus filhos, o apostolado missionário. Apostolado que prosseguiu ininterruptamente até os dias de hoje. Encontramos mesmo nos costumes da Ordem a prática que faz com que cada província dominicana possua uma obra de missões em país infiel. Prática sempre atual, pois que os Dominicanos trabalham ainda hoje nas cinco partes do mundo.

Não somente isso. São Domingos foi também um pregador para o povo simples e ignorante; ele quis que a sua Ordem guardasse a missão de evangelizar os pobres, missão que tem sido a sua no decorrer de toda a história. Nomes como o de Guala de Bergamo, João de Vicenza, Vicente Ferrer, Vicente Mc Nabb atestam a continuidade dessa magnífica tradição.

No entanto, é não menos verdade que a Ordem dos Frades Pregadores parece mostrar, desde o seu Funda-

dor, uma afinidade particular com o pensamento e a vida do mundo universitário. Deveríamos, talvez, ir mais longe e afirmar que a vida universitária é um campo natural e privilegiado para a pregação dominicana; e que os dois estão ligados por um laço bem consciente, mais profundo do que um fato histórico, por mais secular que seja.

Com efeito. Não podemos esquecer que São Domingos foi estudante na Universidade de Palência. Mais tarde apenas instalado em Toulouse com o primeiro núcleo de Pregadores, levou-os logo a frequentar as aulas de doutrina sagrada. Mais importante, ainda, do ponto de vista que abordamos, é o fato que se encontra no início da expansão da Ordem: São Domingos acabava apenas de conseguir a aprovação de seu Instituto pela Santa Sé, que se decide a espalhar seus filhos pela cristandade. Que cidades escolheu? Toulouse, Paris, Bolonha: **centros universitários**, a fim de que pudessem frequentar os cursos superiores de Teologia e bem se prepararem para o ministério da pregação; e Roma, a capital da cristandade.

Pouco depois da morte do Fundador já estavam os Pregadores em Oxford — que surgia como centro universitário importante —, em Colônia, em Pádua.

Em 1248, o Capítulo Geral elevava à categoria de «STUDIA GENERALIA» (o que corresponde mais ou menos ao grau universitário) os conventos de Oxford, Montpellier, Bolonha e Colônia.

No entanto, muito mais importante e eficaz do que todas estas medi-

das, vamos encontrar a prática dos Dominicanos que transformavam cada um dos conventos num centro de vida intelectual cristã intensa. Já o texto das Constituições estabelecido em 1228, estatuiu: «*conventus sine priore et doctore non mittatur*: que não se institua nenhum convento que não possua o seu prior e um doutor em ciência sagrada». Esta exigência se completava pela obrigação de se instituir um certo número de cursos destinados aos religiosos do convento, cursos que estavam também abertos aos estranhos. «*On entrevoit dès lors les consequence d' une telle organisation. En se peuplant de convents, l'Europe chrétienne se peuplait par le fait même de foyers d'ou rayonnait la véritable doctrine du Christ. Et ainsi, grâce aux premiers disciples de Dominique, qui fidelement surent répondre aux vues de leur Saint Fondateur et marcher allegrement sur ses traces, se trouve résolu le probleme scolaire auquel prélats et conciles avaient vainement travaillé*». (1) Foi o que levou o historiador Jean Guiraud a chamar São Domingos, o Primeiro Ministro da Instrução Pública da Europa.

Aliás, a Providência se encarregou de significar o seu beneplácito a essa vocação universitária da Ordem dos Frades Pregadores. E foram às centenas e aos milhares que os estudantes se encaminharam para os Dominicanos; sem falar nos numerosos Mestres Universitários de Paris e Bolonha, assim como de Oxford que pediram e alcançaram a graça de vestir o hábito de Pregador.

Mais do que isso, a vida e a obra, assim como a influência de Tomaz de Aquino na Igreja vieram confirmar definitivamente essa vocação. Sabemos, com efeito, que Tomaz de Aquino, desde o momento em que entrou para a Ordem entrou também para a Universidade. Universitário foi ele, como estudante ou como mestre, toda a sua vida de Frade Pregador. E viveu de verdade a sua vida de Frade universitário: tomou parte nas grandes lutas intelectuais do seu tempo, e a sua obra própria — a constituição da ciência teológica — é o fruto ao mesmo tempo que a

consagração da missão própria da Universidade de Paris, o cérebro da Cristandade no século XIII. Esta obra lhe valeu o título extremamente glorioso para ele, e para a Ordem — de quem foi sempre filho carinhoso e dedicado — de *Doctor communis Ecclesiae*: o Doutor Comum da Igreja.

A vocação universitária da Ordem dos Frades Pregadores continua através dos sete séculos de sua existência. É claro, que com as vicissitudes, com os altos e baixos inerentes a todo e qualquer instituição humana.

Assinalemos apenas alguns elos da cadeia: o grupo de autores místicos da Alemanha, em fins do século XIII e começo do século XIV; a magnífica florescência do século XVI espanhol, florescência que se completou num dos mais belos surtos missionários de que conta a Ordem. É interessante notar, aliás, que uma das primeiras preocupações dos missionários espanhóis que acompanhavam os conquistadores na América era a fundação de universidades. E ainda hoje vamos encontrar no Extremo Oriente (Ilhas Filipinas) a universidade de Manilha, fruto dessa expansão missionária do século XVI. A França por sua vez, no século XVII conta com uma bela pleiade de escritores dominicanos, vários deles professores em cátedras universitárias, e que tomaram parte importante no movimento teológico e espiritual do país.

A seiva não secou no século XX. Hoje não podemos falar no predomínio da Ordem dos Pregadores no plano intelectual, como nos meados do século XIII. É que também as condições do mundo são outras: o cristianismo não é mais a fé comum da Europa. Sem falar no laicismo que procurou excluir a Igreja da vida humana nas suas diversas manifestações, devemos reconhecer a importância que os valores temporais foram reivindicando para si próprios, procurando com razão fu-

(1) LAURENT, O. P.: *Ordo Doctorum*, in *Vie Dominicaine*, nov. 1935.

gir a uma certa absorpção pelos valores religiosos. Além do mais, dentro da própria Igreja, as Ordens e as Congregações se multiplicaram e vieram também, graças a Deus, tomar uma parte ativa na vida e no desenvolvimento do povo cristão, dentro da vida universitária.

É cetro, porém, que o sentido intelectual e universitário da missão dos Pregadores continua vivo e presente. E hoje, como sempre, a sua influência tanto para a conservação como para o desenvolvimento do pensamento cristão é incontestável.

Que nos baste citar dois fatos: a incontestável influência de Tomaz de Aquino tanto dentro da Igreja — onde alguns de seus irmãos e fiéis discípulos possuem um renome universal: Gardeil, Garrigou-Lagrange, Delos; como no próprio meio universitário mundial graças sobretudo a nomes como o de Jacques Maritain: que acaba de ser contratado para a universidade de Princeton (E. U.) e Etienne Gilson, nome também universalmente conhecido e admirado. E, em segundo lugar a figura e a obra de Fr. M. José Lagrange, fundador e durante muitos anos diretor da Escola Bíblica de Jerusalem, que recebeu a honrosa incumbência de ser a Escola Bíblica do governo francês. Todos sabem a importância primordial de Fr. Lagrange e todo o grupo dominicano por ele formado no trabalho de renovação da exegese católica nestes últimos 50 anos. Trabalho que foi oficialmente consagrado na Encíclica do Santo Padre Pio XII relativa aos estudos bíblicos.

Na verdade, a ligação que a história nos mostra entre a vida e a atividade dos Pregadores e o mundo universitário faz apêlo a algo que pertence à própria estrutura da Ordem de São Domingos.

Pois é fato incontestável que a inovação mais importante trazida por Domingos de Gusmão ao organizar um novo instituto religioso, consistiu no lugar privilegiado concedido ao estudo. Este foi concebido como um elemento essencial da vida do Frade Pregador, ao mesmo tempo que a recitação solene do ofício divino e as observâncias monásticas;

e todos os religiosos da Ordem devem permanecer estudantes a vida toda, assim como todos os nossos conventos são destinados a possuir uma vida escolar própria. Coisas não somente exigidas, como também realizadas durante os séculos XIII e XIV, e nos diversos momentos em que a sua vida e a sua influência se apresentam mais fiéis ao ideal dominicano. Podemos, talvez, ir buscar ainda mais longe, e de modo mais profundo a razão de ser de tudo o que temos dito ou contado.

São Domingos quis fundar uma Ordem cuja finalidade própria pode ser resumida no seguinte: pregar a Verdade cristã, a Verdade que é Cristo; torná-la conhecida de todos, e defendê-la dos erros que a desfiguram ou negam. Ora, um trabalho dessa natureza faz apêlo não somente a uma vida de fé intensa, a um testemunho, como também a um «estudo assíduo da doutrina sagrada» — são as próprias palavras das nossas Constituições — a um conhecimento concreto mas teórico também de todos os problemas que a história da humanidade faz surgir sem cessar diante da encarnação da Verdade no mundo que passa. É toda a vida e a história da Teologia e das Ciências Sagradas, que obrigam, então, o Pregador a ser fiel a uma vida intensa de pensamento, no meio de instituições escolares que lhe lembram de perto a vida e o ambiente universitários. De modo que se sente como que familiarizado com esse ambiente, e pode nele exercer uma ação eficaz.

Espero que estas poucas linhas tenham podido dar uma idéia suficientemente exata daquilo que o título do artigo sugere. E um dos nossos Frades, em trabalho recente, resume muito bem ao dizer: «Les âmes à sauver et à sauver par la predication de la vérité, ne se trouvent pas seulement parmi les elites intellectuelles ou universitaires, et Saint Dominique, tout le premier, a passé dix ans de sa vie à prêcher dans les pauvres campagnes de la région de Prouille. La spécialisation du ministère des Prêcheurs vient, non d'un milieu particulier ou ils l'exerceraient: leur histoire montre

assez qu'ils se sont adressés à tous les milieux, mais d'une **qualité** particuliere de ce ministere, à savoir qu'il doit être avant tout soucieux de donner la verité qui "suave". Daí a graça universitária da Ordem que mereceu nutrir e formar Tomaz de

Aquino, o Patrono das Escolas Católicas.

Fr. Romeu Dale, O. P.

São Paulo, 20 de novembro de 1948, na oitava da festa do Patrocínio de Santo Tomaz de Aquino sobre as Escolas Católicas.



AS DUAS FACES

Juarez BATISTA

Leio o último livro de Erich Maria Remarque, «**Arco do Triunfo**», e sinto-me, desde já — como homem do século, que não pode ou não soube se eximir da angústia e da inquietude da época —, sinto-me, desde já, na obrigação de prestar o meu depoimento sobre este romancista fecundo e poderoso que é, também um doublé de vítima e testemunha dos dois acontecimentos mais característicos deste século que sufoca: as guerras de 14 e 39. E justamente desta experiência e sofrimentos acumulados é que advêm os valores eternos do romancista, e aquela espécie de conformismo melancólico que marca toda a sua obra com um travo de revolta e desespero, de antemão convictos da inutilidade de tudo.

A transitoriedade das cousas e do mundo, a contingência inexorável de tudo que foi criado, é o primeiro aspecto que se nos apresenta e que se impõe na obra de Remarque; às vezes com um ar doloroso de pilhéria, como no caso do homem que dorme tranquilamente num banco do jardim público, protegendo-se do sereno e do frio da madrugada com um número do *Paris Soir* onde as manchetes escandalosas anunciam a guerra que se aproxima; outras tantas no conflito pungente e humano — de tal forma humano e pungente que chega a ser dramático até — daquele que descobre, de repente, que nada nos é mais particularmente estranho do que aquela pessoa a quem já amamos demais. Daí a filosofia do refugiado, tão bem com-

preendida e interpretada no «**Arco do Triunfo**». Nada vale nada... Tudo será inútil. O médico anti-fascista, antigo cirurgião-chefe de uma das maiores clínicas de Berlim, não pode operar em França porque aí não se reconhece o diploma dos estrangeiros. De que vale, então, o conhecimento, a competência, o estudo de quarenta anos seguidos? De que? E a resposta não vem. Nada vale nada... Ceticismo. O homem começa a cismar de que «**tudo é inexistente**», como «**disseram os príncipes deitados na areia**». De que vale a quietude e o silêncio do parque, com seus gerânios e crisantemos, onde a vida nasce obscuramente e a natureza vibra, realizada, na paz da tarde, se do outro lado os homens estão tramando e agenciando o suicídio universal? Que sentido tem todo aquele bulício de automóveis, buzinas, cinemas e anúncios luminosos lá para os lados da Place de l'Étoile e dos Champs Élysées, se tudo está para ruir inevitavelmente? E — o pior de tudo — a confiança dos ingênuos! As promessas, em voz rouca, dos políticos profissionais! Chamberlain, de fraque, bengala e calça listradas, negocia em Munich. Mas o mundo todo sabe que a Alemanha quer «**apenas**» o corredor polonês! Nada vale nada... E a única solução razoável que se apresenta nesse turbilhão de insensatez, é um copo de calvados e um grito algo primitivo, como que um pedido de silêncio: **Silê!**

Porém, de súbito, inesperadamente, surge no pessimista — que tam-

bém é um romântico, apesar de tudo — o homem que ama intensamente a vida. Que quer viver, conquanto os outros homens não saibam o que isto seja. Que sente o sangue a latejar na fronte e toma-se de sobressalto, como se somente naquele instante tivesse consciência de que estava vivo. E, alvoroçado, sem meditar nos mistérios obscuros do ser e da criação (êle que é um cínico e um homem de ciência), entrega-se, por um breve instante, à consolação suprema de viver tôda a punjança e plenitude da vida. De repente êle é a criança que se acordou de um pesadelo, ainda com os olhos cheios d'água. E exalta-se em evocações, num monólogo humilde com a Nika de Samothrace do Louvre (a deusa da Vitória), que aparece metamorfoseada numa siciliana de um primeiro andar qualquer, em quem surpreende um «sotaque romeno» e agradece aquela restituição, pois que êle está ali, **«não mais como um homem morto em licença com seu cinismo mesquinho, seu sarcasmo e quinhão de coragem; não mais como um homem frio, porém vivo outra vez, sofrendo se você quiser, mas novamente exposto a tôdas as tempestades da vida, renascido em sua própria e simples força!**

No Café Fouquet, esquina dos Champs Élysées com George V, há um homem no meio dos outros, que vive outra vez. Mas ninguém suspeita disso.

Além dêsses dois aspectos principais e definitivos do último livro de Remarque — e que me parecem ser mais ou menos os mesmos dos seus outros romances — surpreende-se no escritor alemão valores ostensivamente chaplinianos. Não me refiro às soluções mirabolantes, prodigiosas e esplêndidas de Carlitos. Mesmo porque os personagens do **«Arco do Triunfo»** não têm pátria, nem futuro, nem soluções; são apenas refugiados, de outros países ou da própria vida. Quero antes falar do mundo em que vivem, em que respiram êles e Charlot. Um mundo de impiedosos, cheio de armadilhas e traições, onde a bondade é sempre castigada, e os homens de coração —

como o médico refugiado e o pequeno Carlitos — se emaranham e se perdem na teia densa da hipocrisia, da dissimulação, das ambições sem limites, das concessões miseráveis, do medo, do ódio, da crueldade, da humilhação sempre imposta aos mais fracos e mais ingênuos pelos mais fortes e todo-poderosos, tudo isso resguardado (e bem resguardado) por um código moral de encomenda para um mundo que se esfacela e cái aos pedaços. Aí se encontram, Remarque e Charlie Chaplin, na construção da «arquitetura fundamental» dos seus mundos. O destino persegue Carlitos. Se êle protege uma pobre cega por quem se apaixona, recuperando a vista ela abandona o vagabundo sentimental. Ou é o guarda civil que o enxota e lhe dá ponta-pés. Mas «as lágrimas não chegam a engrossar no fundo dos seus olhos», como disse Aníbal Machado. E, meio gentleman meio grotesco, numa sucessão de cambalhotas e correrias, Carlitos vence, e sai de rua afóra, com seus vastos sapatões, suas calças largas demais, de chapéu côco, pleno e perfeito, inimitável. Da mesma maneira sofrem os personagens de Erich Maria Remarque. Tudo quanto é imprevisto desastroso aparece no caminho. O médico refugiado presencia o desabamento de um prédio. Socorre uma pobre mulher que se esvai em sangue. Terminam por reconhecê-lo, e deportam-no. As lágrimas também não engrossam dentro dos olhos do médico. Mas, porque êle já está calejado no sofrimento e vai encarando as loucuras do mundo com um ceticismo que tem alguma coisa de estoico. E não oferece soluções, observa apenas.

Porém, ambos, o vagabundo (pequeno, sensível, tólo e dolorosamente humano — até o patético, às vezes) e o refugiado de Remarque (seja êle o personagem central ou qualquer outro dos muitos refugiados do seu livro, que têm, igualmente, os mesmos elementos de tristeza, bondade e humildade dramática), ambos se encontram num só protesto, num só e fatigado apêlo, ninguém sabe direito se a Deus ou aos próprios homens...

INDICAÇÕES SOBRE A POESIA POPULAR DO NORDESTE

ARIANO SUASSUNA

A poesia popular do sertão tem sido estudada em seus ritmos mais importantes, mas quase sempre toma-se como base apenas a fase clássica quando havia menor variedade de toadas e os estilos mais novos como o «Galope à beira-mar», o «Galope à beira de sertão» etc., ainda não haviam surgido. Porque no sertão, como na literatura erudita, houve um esplendor clássico, uma decadência romântica e agora uma magnífica «Escola Nova», cheia de vida, revivendo os dias da primeira fase, em que o épico dos romances de «Pastoreio» se juntava às bárbaras «giestas» dos cangaceiros. Os nomes que passam pelos versos dêsse tempo, têm hoje já o prestígio da lenda e da tradição: Jesuino Brilhante, Os Guabirabas, a campanha de 12, o negro Vicente... Rio Preto, cangaceiro e cantador, relinchando como jumento no meio do tiroteio e cantando depois da briga ainda sujo de pólvora... as lutas de família... tudo isto perpassa nos versos dêsse tempo, a escola clássica sertaneja, cujos nomes mais famosos são: Francisco Romano, de Teixeira, Inácio da Catingueira, do Piancó, Leandro Gomes de Barros, Nicandro Nunes da Costa, Hugolino do Sabugl e outros.

A base da poesia sertaneja nesse tempo era a quadra. «Antigamente a gente cantava de quatro «pés» dizia um velho sobrevivente dêsse

tempo a Leonardo Mota. «Pés» são os versos que compõem a estrofe.

No tempo de Romano, a sextilha começou a tomar vulto e hoje não se fazem mais quadras no sertão.

O «Mourão» como Filho da Sextilha constava primitivamente de seis versos:

1º. Cantador:

Meu colega e companheiro
Vamos cantar um mourão.

2º. Cantador:

Vamos mostrar a êste povo
Como é bom nosso baião

1º. Cantador:

Afine sua viola
Salte pra cá seu ladrão.

Francisco Romano, o grande mestre do Teixeira, introduziu mais um pé entre os dois últimos e o mourão ganhou mais ritmo e melodia. Ele é respeitado como «o cantador»; como Camões pra gente e Shakespeare para os ingleses. O filho dêle, Josué, apresenta-se assim uma vez:

«Eu me chamo Josué
Filho do grande Romano
O cantador mais temido
Que teve o Gênero humano
Tinha a ciência da abelha
E a força do Oceano».

É isso que é sextilha.

O «Martelo agalopado» é um decassílabo com as rimas dispostas de acordo com a décima clássica espanhola:

E
B
A
B
C
C
D
E
A

É a disposição dos clássicos portugueses, até Camões. A nossa disposição é igual à dos espanhóis. Será porque a influência portuguesa foi maior no Maranhão e no Piauí? Não tenho a menor idéia, mas que dá vontade de dizer, dá.

O «Galope à beira-mar» e o «Galope à beira do sertão» apresentam variantes, mas a maioria é composta de uma décima de versos de onze sílabas; os dois últimos versos são de sete sílabas, sendo que o último é o refrão: «galopando à beira-mar»; às vezes não respeitam isto, e fazem toda a estrofe em onze sílabas; neste caso o refrão é quase sempre: «correndo e brincando na areia do mar».

Existe um poema de Rafael Alberti chamado «Galope» e no mesmo ritmo de galope sertanejo e a gente fica sem saber se na Espanha o povo canta isso.

Ex. de Galope:

Eu canto um galope que vem e que vai
É no pai, é na mãe, é no irmão é na tia
É no velho, é no moço, é em tôda
[a famia
É na tia, é no irmão, é na mãe, é
[no pai
Tome muito cuidado, te empurro e
[tu cai
Vai saindo daqui como burro a rin-
[char
Dou-te cinco tabefes para te exemplar
Te visto depressa uma blusa uma saia
Quero ver tu pela praia
Galopando à beira-mar.

As melodias são simples e belas; têm muito da música dos clássicos até Bach, certamente por causa da influência da música que os padres jesuitas trouxeram. Há muito de Canto Gregoriano também; a severidade dêsses dois estilos casando-se com

15

as toadas rudimentares dos indús, adapta-se maravilhosamente à terra vermelha e sêca do sertão. Quanto ao ritmo é difícil dar qualquer indicação sobre ele. Porque ele se adapta à necessidade do improviso, à toada que se canta e mais a vários acidentes inclusive o temperamento de cada cantador. A própria melodia é difícil de colher; há algumas inflexões para as quais não existe notação, e as dificuldades são inúmeras. Alguns romances podem atestar o contrário disso; mas são sempre romances peniosenlares ou sobreviventes truncados deles.

O «Ai-ai» ou «gemido» é uma sextilha com o refrão «Ai-ai» intercalado entre o quinto e o sexto pé; se o verso é engraçado, canta-se atual-

mente o «Ai-ai» com o refrão: «ai-ai rum-ru,» —

«Também não quer dizer nada é um mourão comum; só que o cantador fica obrigado a dizer isso no fim.

«Oito pés em quadrão» é cantado por um só cantador, ao contrário do «Dez pés em quadrão»; as rimas são assim:

Exemplo:

A O ferro é para o ferreiro
A A plaina pra o carpinteiro
A O touro é para o vaqueiro
B Pra sertanejo o sertão
B Para viola o bordão
C Para fazendeiro a terra
C Pra soldado fica a guerra
B Para mim fica o quadrão.

Estilos	Sextilhas	Ai-ai Martelo de seis pés Mourão Mourão trocado Também não quer dizer nada
	Décima	Mote Glosado Lá-vai-meu-dez-pés-lá-vai Galope à beira-mar Galope à beira do sertão Martelo agalopado Dez pés em quadrão.

Oito pés em quadrão.



PROBLEMAS DE BASE NO BRASIL

(Continuação)

DISTRIBUIÇÃO DAS FÔRÇAS CONSTRUTIVAS

Criados os novos quadros territoriais — o das Unidades Federadas e o dos Departamentos (ou Estados Associados) — claro que algumas dessas unidades e sub-unidades terão condições de povoamento e de receita abaixo do mínimo necessário para o auto-governo. E algumas até abrangerão áreas quase ou totalmente desertas.

Como quer que seja, e pelos motivos já expostos, tôdas as novas unidades teriam de ser criadas desde logo e mantidas de qualquer forma. Pois, o que se tem em vista é, exatamente, provocar ou instituir as condições para que a ocupação efetiva do território nacional e a sua colonização sejam iniciadas ou alargadas em todos os setores, sem exclusão de um só. Se as cidades metropolitanas são a condição «sine qua non» para que tal obra possa ser iniciada, e evidente que se há de começar pela criação dos respectivos núcleos.

Ora, uma grande parte de tais centros têm que ser construídos, devendo outros ser remodelados, para que desde logo se instalem nêles os governos das circunscrições a que todos devem corresponder. E essas circunscrições seriam, em muitos casos, verdadeiros desertos. Logo, é preciso que nas grandes circunscrições que devam ser Estados mas atualmente não possuam condições para tanto, se estabeleça a tutela da Nação através da intervenção do Governo Federal. Essa intervenção,

no entanto, não se destina a perpetuar-se numa ocupação inexpressiva, mas terá um sentido dinâmico poderoso, de estabelecimento, em curto prazo, daquelas condições mínimas indispensáveis ao auto-governo, e deve ser mesmo uma preparação, uma escola para o advento desse auto-governo.

Assim, sendo, lovo se depreende que duas medidas se tornam necessárias:

1ª. que a intervenção federal tenha dois tipos: o primeiro, visando um esforço total onde nada houver de aproveitável; e o outro, destinado a levar apenas auxílios para uma expansão mais rápida, num regime preparatório de semi-autonomia;

2ª. que essa intervenção se revista, para atingir o seu objetivo, de uma caracterização tal, que estabeleça um verdadeiro automatismo no amparo da União às regiões despojadas, — amparo êsse na razão direta das necessidades que devam ser atendidas.

Para conseguir-se o primeiro objetivo, poder-se-ia estabelecer a distinção entre «territórios coloniais» (não autônomos) ou «territórios» propriamente ditos, e territórios semi-autônomos (isto é, em que um órgão deliberativo regional participasse do Governo), os quais se poderiam talvez chamar «territórios provinciais» ou «províncias». E para atender ao segundo ponto, investindo-se a União na administração de um território,

obrigatoriamente ou mediante solicitação do governo local, quando as populações fossem inferiores a determinados limites de densidade, forçoso seria estabelecer-lhe a correlata obrigação de levar para o tesouro dessas circunscrições recursos mínimos em determinada proporção quanto à área e à população, pois são esses os dois fatores que dão vulto e encarecem a obra a realizar — para os «territórios coloniais» e mais leve para os «territórios provinciais».

Quanto à divisão departamental dos territórios, é óbvio que, salvo uma ou outra exceção, em que certas áreas territoriais já teriam população suficiente para o exercício da autonomia departamental, os departamentos seriam em regra administrados como «sub-territórios». Isto é, mediante intervenção federal com a correlata responsabilidade de financiamento. Mas, naquelas partes dos Estados já em gozo de autonomia, onde os respectivos departamentos não tiveram recursos para o autogoverno, caberia a intervenção ao Governo do Estado, que administraria tais circunscrições como «territórios estaduais», com a obrigação correspondente de levar-lhes recursos financeiros também em certa proporção relativamente à população e à superfície, visando a sua rápida elevação ao nível mínimo de auto-suficiência.

Assim, União e Estados Federados, como expressão do poder e da vontade da comunidade nacional já organizada e já vinculada a determinados âmbitos geográficos, estariam preparando a parte desocupada do país para a efetiva incorporação à grande vida nacional, fazendo com isso, ao mesmo tempo, a preservação dos destinos da República, ou seja a verdadeira defesa, o verdadeiro engrandecimento, a verdadeira felicidade da Nação.

Atualmente, o Brasil tem grande parte da sua população inativa e a constituir peso morto para a parte restante. A par disso, mantém inexploradas as áreas melhores do seu formidável território. Donde dupla inófia. Enquanto permanecermos nela, a segurança nacional é um mito. A Nação se manterá não pe-

las suas energias, mas por influência da sua estréia, que a vem preservando quase milagrosamente de uma agressão. Porque, nesse **pobreza**, quanto mais nos quisermos armar, mas pobres ficaremos. Enquanto, se utilizarmos de certa forma a organização que já mantemos a serviço da defesa nacional, como instrumento para enriquecer a Nação, tanto vale dizer, para povoá-la, para melhorar a sua gente e para explorar o seu solo, tal organização passará a atender melhor aos seus fins, uma vez que assim estaremos obtendo, graças ao seu concurso, os meios para garantir as boas condições da verdadeira segurança do Brasil.

Donde a conclusão de que é garantir a «segurança nacional» enfrentarmos o sacrifício que aquela obra de povoamento, de organização e de assistência nos exigir, tendo essa obra como principal agente, por força das circunstâncias, a própria instituição preposta à defesa do país — as Forças Armadas, — sem cujo apóio, colaboração e devotamento patriótico, não logrará realizar-se essa grande campanha colonizadora, que é, sobretudo, uma empresa de salvação nacional.

Mas, com o ser tal essa obra, se ela exige equidade na sua distribuição, e se requer a perfeita solidariedade entre as forças construtivas de que dispomos, as quais, realizando-a, estarão preservando, afinal, a própria unidade e a integridade da Nação, aquele esforço há de efetuar-se exatamente como foi delineado, isto é, na razão inversa do grau de civilização já conseguido nas várias regiões do país e na razão direta do vulto da obra fundamental de ocupação e organização a executar. Porque somente daí advirá para a defesa nacional a capacidade máxima, expressa no despertar e na mobilização de tôdas as energias e de todos os recursos da Nação; traduzida, bem assim, na tendência ao nivelamento da nossa civilização e à articulação cada vez mais completa das suas energias criadoras, nas diferentes formas regionais sob que se manifestam. Tudo isto, porém, como ficou dito, sob a égide das Forças Armadas, na medida da colaboração

máxima que elas puderem prestar a esses objetivos, sem descurar — é claro — os que lhes são essenciais. Porquanto dessa forma estarão elas revigorando a si mesmas e levando ao reerguimento da Nação um concurso como nenhuma das suas outras forças vitais lhe poderá dar. Mas, para que as Forças Armadas possam patrocinar e mesmo empreender essa obra de integração nacional, preciso é que, preliminarmente, seja a Nação dotada daquele quadro político e administrativo que é a condição «sine qua non» para que tal obra tenha o caráter, o sentido, a intensidade, o alcance que lhe são indispensáveis.

A essa altura, tratando-se de assentar o desenvolvimento de poderosos esforços de estímulo e reorganização nacional por todo o território da Nação, em benefício da volumosa parte da população até agora insuficientemente assistida pelo Poder Público e privada dos benefícios da civilização que devem ser comuns a todo corpo social, — é natural indagar-se aqui a fonte dos grandes recursos financeiros a serem utilizados.

Certo, muitas das medidas sugeridas nesta exposição não exigem aumento de despesas, uma vez que algumas delas se executarão com os recursos normais da administração, e outras devem dispôr de recursos especiais, obtidos em virtude de sua própria realização. E' fora de dúvida, porém, que a construção, reconstrução ou melhoramento das cidades destinadas ao papel de metrópole, bem assim o reajustamento social e a reeducação dos elementos demográficos a serem levados para formar essas cidades e organizar-lhes as correspondentes áreas rurais (o que terá de ser feito, como se dirá nos capítulos subsequentes, pelo Exército do Trabalho e pelas Colônias-Escolas), — tudo isto exige vultosíssimos recursos financeiros.

Todavia, existe solução para o caso, por mais difícil que pareça. E este estudo vai esboçá-la, sem prejuízo dos retoques que no plano delineado podem e devem ser feitos pelos financistas que estudarem a ma-

téria em todos os seus aspectos técnicos.

Atente-se, preliminarmente, em que:

a) trata-se de criar novos centros de atividade, onde o trabalho humano vai valorizar extraordinariamente a terra e as suas riquezas naturais, dela extraíndo, de imediato, fartas produções, que se consumirão «in-loco» ou serão objeto de comércio intermunicipal, interestadual ou mesmo internacional;

b) a construção ou melhoramento das metrópoles, ao mesmo tempo que dará ao país elementos indispensáveis à sua segurança e ao seu progresso, incorporará imediatamente ao patrimônio nacional inúmeros e valiosos elementos (empresas públicas, melhoramentos urbanos, edificações, arruamentos, estradas, etc.), acarretando todos conforto às populações, e alguns diretamente reprodutivos como emprêgo de capital;

c) essa iniciativa, dando trabalho a inúmeros brasileiros infelizes e desocupados, valoriza-os física e socialmente, enriquecendo com isso a comunidade sob vários pontos de vista, além de poupar-lhe o ônus do sustento de uma grande massa de elementos parasitários que, em virtude de desemprego forçado, ou de emprêgo impróprio, se insinuam por toda parte;

d) as medidas propostas oferecem, todas, a melhor solução para graves problemas de defesa militar, — problemas a serem enfrentados de qualquer forma, mas que de nenhuma outra maneira se poderiam encaminhar tão fácil e seguramente, oferecendo ainda — como oferecem no plano em causa — muitos outros e inestimáveis resultados sociais, econômicos e políticos;

e) da execução do programa delineado resultará ainda vultoso desenvolvimento industrial e poderosa circulação interna de produtos com o correlato aumento do consumo, o que trará ao tesouro um grande acréscimo de receita;

f) há precedentes (exemplos: o recente reajustamento econômico, o saneamento e embelezamento do Rio de Janeiro e as obras contra as secas) de grandiosos empreendimentos que a Nação realizou sacando sobre

o seu futuro, a fim de remover contingências desfavoráveis ou encaminhar vigorosamente o seu progresso.

Mas, tenha-se também em vista que:

a) em todos os locais onde se houver de realizar grandes obras ou trabalhos de povoamento e valorização, dentro das áreas urbanas e rurais a serem desapropriadas (aliás, a baixíssimo custo), determinadas glebas podem ser reservadas para a valorização decorrente do próprio «élan» do progresso a que o país vai ser submetido, e constituir, portanto, garantia ou lastro excelente para os saques que a Nação fizer agora sobre a sua economia coletiva, mediante emissões de papel moeda, para empreender a reconstrução nacional;

b) a execução do plano não exige nem técnicos nem produtos estrangeiros, não pesando assim de nenhuma forma em nossa balança econômica internacional, a não ser para não-la tornar mais favorável pelas novas correntes de exportação a que dará lugar, melhorando nossa capacidade aquisitiva e, portanto, o nosso câmbio, isto é, o nosso crédito, o custo da vida e as condições do nosso aparelhamento bélico no que dependa da indústria estrangeira;

c) o papel-moeda que para esse fim fôr emitido irá circular, de começo, quase completamente dentro de «economias semi-fechadas», em os numerosos núcleos de trabalho a se constituírem no interior, como o seu instrumento de trocas, e passará a circular depois em correspondência com o volume de transações constantemente acrescido em consequência do surto da produção, resultante do programa em andamento.

Bein ponderado tudo isto, impõem-se as seguintes conclusões:

a) o financiamento do Exército do Trabalho, das Colônias-Escolas e da construção das novas metrópoles poderá ser feito, no que exceder da capacidade normal do tesouro, por meio de emissões parceladas de papel-moeda;

b) essas emissões porém, só se devem efetuar enquanto forem estritamente necessária, isto é, para laçar

aquêles empreendimentos até que as regiões por eles melhoradas e ocupadas possam ser submetidas a um especial regime tributário, cujos recursos, reunidos ao acréscimo das rendas públicas que a execução do programa traçado forçosamente acarretará, bastem para seu custeio;

c) tais emissões se considerarão lastradas, de modo geral, pelos valores econômicos que, além dos sociais e culturais, vão ser imediatamente criados; e de modo especial, pelas glebas, destacadas das áreas desapropriadas para os fins do programa traçado, que fôr julgado conveniente manter no domínio federal durante 20 ou 25 anos, garantindo com a sua necessária e progressiva valorização o resgate dos compromissos assumidos pelo Governo Nacional para os fins em vista;

d) todavia, para reduzir ao mínimo a massa de papel-moeda a ser utilizada, pode ser criada uma cobertura de emergência, constituída por apólices federais para esse fim especialmente emitidas e desde logo oferecidas ao público, mas sob a condição de só serem vendidas pelo seu valor nominal, e, portanto, à medida que se fôr impondo a confiança no êxito do grande cometimento nacional;

e) com os recursos decorrentes da venda dessas apólices, a qual se incrementará progressivamente com o desenvolvimento do programa lançado, constituir-se-á o fundo de resgate do papel-moeda emitido, e este, assim, no que acaso exceder o desenvolvimento das transações, poderá em pequeno prazo ir sendo retirado da circulação, substituído pelo próprio capital nacional que, por intermédio de um empréstimo interno, todo êle realizado sem nenhuma desvalorização para as respectivas apólices, virá auxiliar a reconstrução nacional;

f) ditas apólices, além de serem resgatáveis ao par, podem ainda beneficiar-se com algumas bonificações; mas esse resgate só deve realizar-se ao término do prazo fixado para a inalienabilidade das áreas que tiverem sido reservadas como base de garantia do plano financeiro adotado.

Tanto basta para entrever que não existe impossibilidade financeira para o programa traçado. Não se pretende apresentar, com essas sugestões, um plano de financiamento, o qual deveria ficar a cargo, necessariamente, de técnicos especializados no assunto. Todavia, os lineamentos esboçados deixam a impressão de que não haverá dificuldades invencíveis na organização de um plano rigoroso, traçado por especialistas, no qual, levando-se em conta o que atrás se expendeu, se determinem as rubricas definitivas, tanto qualitativa, como quantitativamente. Assim, os empreendimentos aqui previstos somente seriam lançados depois que o Governo tivesse a dupla certeza de lhe não faltarem os recursos precisos, e de que a utilização desses recursos não poderia provocar nenhuma crise econômica ou financeira.

Ocupação efetiva do território

As medidas precedentemente enumeradas possibilitam o esforço de deslocamento demográfico que se faz mister a fim de que a Nação ocupe efetivamente o seu espaço geográfico. E por sua vez, esse deslocamento é que vai dar sentido político à efetiva ocupação e valorização do território nacional, permitindo ao mesmo tempo o melhor aproveitamento dos seus recursos naturais, e imensas possibilidades econômicas, o que tudo exprime reais e favoráveis condições de segurança nacional.

Mas, como efetivar esse deslocamento e como torná-lo útil aos fins em vista?

É o problema que naturalmente se coloca em seguida aos que já estudamos.

De que teremos elementos demográficos disponíveis, não há dúvida. Não é que «sobrem», num sentido absoluto, em qualquer parte do território nacional, pois em todo o país a densidade demográfica está longe do ponto de saturação para uma organização medianamente industrializada e até mesmo para uma boa organização agrária. Mas, a deseducação da nossa gente, a sua quase nula formação profissional e o seu mau estado sanitário, fizeram com que,

tanto nas zonas rurais como nas zonas urbanas, se encontrem grandes massas humanas, ou inaptas para atividades úteis, ou sem possibilidades de se verem aproveitadas em face da má organização social e econômica em que temos vivido. Além disso, um pouco de assistência às populações diminuirá a mortalidade, principalmente a infantil, aumentando o saldo do nosso movimento demográfico, — que, aliás, ainda é dos maiores, — de uns 200 ou 300 mil indivíduos anualmente, os quais, sobre nada nos custarem além do cumprimento de um dever, serão elementos superiores a quantos imigrantes pudessemos atrair.

De qualquer forma, porém, é preciso começar desde já o esforço de colonização, utilizando os elementos marginais atualmente «desajustados» em relação à ordem social. Mas, quanto aos elementos da zona rural, para não os retirar do meio em que já se encontram e onde podem ser utilíssimos, se readaptados ao trabalho e valorizados pela saúde e pela educação, será evidentemente preferível reajustá-los à vida agrícola por meio das «colônias-escolas», de que se tratará em outro parágrafo desta exposição. E daí a conveniência de serem utilizados primeiramente os elementos que se encontram disponíveis em nossos diferentes centros urbanos.

Esses elementos não são evidentemente apenas os que, nas baixas camadas sociais, se encontram como «chômeurs». Pelo contrário, estão distribuídos por todos os níveis sociais. São os inúmeros candidatos a emprego e a sinecuras; são os que batem às portas dos Ministérios; são os pretendentes em número excessivo à matrícula das escolas militares; são todos os elementos recém-formados — e, via de regra, **mal formados** — nas diferentes especialidades do ensino técnico ou superior; são os profissionais do jogo do bicho, da venda de bilhetes de loteria, etc. Enfim, toda a enorme categoria dos sinecuristas e parasitas que, por deficiente educação ou pela defeituosa organização social e econômica da vida nacional, não encontram trabalho, ou querem ganhar dinheiro sem

trabalho, ou colocam mal suas atividades. Esses elementos todos vivem infelizes, e prejudicam a sociedade com a nulificação do próprio esforço, a transformar em peso morto para a comunidade a sua subsistência. Ou então, o que é pior, acabam por dar às suas atividades feição francamente anti-sociais, não obstante serem, em muitos casos, dotados de notáveis qualidades de inteligência, espírito de iniciativa e habilidade.

Ora, — como disse Alberto Torres, em sua sempre incisiva e aguda compreensão da realidade nacional — «localizar em boas terras famílias brasileiras é o dever elementar de assistência, imposto à sociedade pelo interesse de uma geração que se vai perdendo, na ociosidade ou no parasitismo». (A Organização Nacional, pág. 172).

O aproveitamento, pois, dêsses valores que se estão perdendo, anulando, ou afetando de sinal negativo, há de ser feito de forma que ofereça oportunidade a todos, quaisquer que sejam os níveis sociais ou mentais. Mas, por outro lado, esse esforço, para se poder realizar ou tornar produtivo, deve submeter-se a condições muito especiais. Não basta alistá-los e encaminhá-los para o interior, como inábil e improdutivamente quase sempre se tem praticado com a chamada colocação de «trabalhadores nacionais», sem lhes prestar nenhuma ou quase nenhuma assistência, e sem lhes averiguar previamente a capacidade, ou mesmo tentar corrigir-lhes de alguma sorte a falta de formação para a vida social e para o trabalho. Muito pelo contrário, é preciso:

a) atrair êsses elementos persuasivamente, acenando-lhes com uma imediata e produtiva «colocação» de acordo com as aptidões que lhes forem reconhecidas em sumária verificação;

b) beneficiá-los imediatamente — e as respectivas famílias, se for o caso — com uma intensiva assistência sanitária, econômica, educativa e moral;

c) submetê-los, não como imposição penal, mas sim educativa, como consequência natural da nobre função que aceitarem, a um regime de severa disciplina, a fim de lhes criar

ou reformar a personalidade cívica, social e profissional;

d) proporcionar-lhes o intensivo tratamento das deficiências de saúde e os corretivos necessários aos desvios de caráter;

e) verificar-lhes as aptidões e, de experiência em experiência, encaminhá-los, com os necessários estímulos e os recursos de progressivo aperfeiçoamento, rumo às atividades para as quais revelarem vocação e real pendor;

f) levá-las, como recurso de readaptação social, a participar intensamente de competições esportivas e atividades culturais, sociais ou religiosas, bem como de solenidades cívicas, para lhes despertar os instintos superiores e corrigir os defeitos da sua formação moral e social;

g) assegurar-lhes, por meio dos próprios deveres atribuídos às funções que houverem de exercer, hábitos de ordem, de agradável convivência, de cooperação, de higiene física e moral;

h) facilitar, ainda, aos que revelarem aptidões excepcionais, e segundo os pendores individuais, as oportunidades e os meios para a aquisição intensiva de técnicas especializadas.

Um esforço dessa ordem exige primorosa organização e disciplina. É caro. Além do que, a organização que dêsse esforço resultará de extraordinário vulto e terá acentuada expressão de força coletiva. Logo:

— deve ter caráter militarizado;
— há de ficar a cargo, em consequência mesmo dêsse condicionamento, das Forças Militares, a fim de que, como «organização de força», não fuja ao controle destas e não corra o risco de vir a se lhes contrapor em detrimento do seu prestígio e como elemento de eventual subversão da ordem social e política;

— há de contar ainda, mesmo para diminuir o ônus de seu custeio, com o aproveitamento de numerosos elementos — homens e material — que as forças militares poderiam pôr à sua disposição sem novos dispêndios e com melhor aproveitamento, em

benefício dos seus próprios objetivos, do que já custam à Nação;

— cumpre, também, que com a organização militar fique articulado, a fim de que suas realizações não percam de vista os inúmeros objetivos militares que ainda procuram meios de execução no que concerne ao interior do país;

— é imperioso, igualmente, que seja uma espécie de modalidade da organização militar da Nação, visto como as grandes massas a organizar para o trabalho na forma indicada podem, na emergência da guerra, constituir vultoso e eficiente exército de reserva;

— é necessário, por fim, que se aplique a realizar desde logo objetivos úteis, como sejam exatamente os que dizem respeito ao plano nacional de construção das novas metrópoles do quadro territorial, à organização dos respectivos serviços, à construção das suas vias indispensáveis de comunicações e aos trabalhos agrícolas e industriais que assegurem auto-suficiência ao conjunto das unidades destacadas para cada sede de atividades.

Isto pôsto, logo se vê que o arrumamento, o enquadramento e o preparo dessas legiões de «trabalhadores» (tomada aqui a expressão em sentido amplo) só se podem realizar por meio de um poderoso organismo militar, que poderia ser o nosso «Exército do Trabalho» ou «Exército Colonizador». Ou, ainda, «Legião da Reconstrução Nacional», senão, mais modestamente, «Companhias de Trabalhadores». Montado o órgão central dessa instituição, as suas Unidades ir-se-iam organizando facilmente em cada Estado, para serem logo enviadas para os locais onde se fôsem instalando os novos governos estaduais e departamentais. E ao construir essas cidades, estariam as novas equipes de trabalhadores-soldados iniciando ao mesmo tempo a exploração da lavoura e da criação em fazendas-modelo, devidamente aparelhadas. Esses operários militarizados — e possivelmente também os elementos femininos das suas famílias, em organização adequada — se dedicariam, assim, cada vez mais segundo as aptidões verificadas, e

submetidos a uma esplêndida obra educativa pelo trabalho, pelo civismo, pelo recreio, pelo esporte, pela convivência, a atividades as mais variadas e cheias de atrativos, não só vendo surgir sob o seu esforço uma grande e bela metrópole como contribuindo também para que se fôsem submetendo ao trabalho rural bem ordenado e fecundo as áreas circunjacentes, em meio a uma natureza bela, pródiga e com tôdas as suas asperezas dominadas pelo esforço humano, inteligente e solidário.

Quer dizer: tais elementos se deixariam prender insensivelmente pelo novo ambiente. E então, terminado o prazo do seu engajamento, digamos cinco anos, e já tornados perfeitos valores humanos e cívicos, enriquecidos pelo treinamento militar, pela educação, pela disciplina, pela cooperação, pela higiene e cuidados de saúde, dotados de técnicas para um trabalho produtivo na conformidade de suas melhores aptidões, iriam ser, a seguir, — depois de terem sido operários-soldados e sub-oficiais-trabalhadores, ou oficiais do Exército Colonizador, — os artífices, os técnicos, os negociantes, os lavradores, os funcionários, os professores, os elementos dos quadros liberais, etc.; isto é, sempre ótimos componentes dos novos grupos sociais e perfeitos reservistas do Exército, os cidadãos ou os camponeses das novas regiões ocupadas e colonizadas graças ao grande plano de reorganização nacional. Naquelas novas cidades higienizadas, belas e confortáveis, sedes de governos importantes, de grandes órgãos administrativos e técnicos, de institutos modelares de natureza médica, educativa, cultural, etc., onde haveria imprensa, opinião pública, recreio, vida social intensa, recursos para educação dos filhos e defesa da saúde, ninguém se sentiria mal; ninguém fugiria de nelas residir, exercendo ali funções públicas ou atividades particulares em qualquer profissão. E nas vizinhanças de tais metrópoles se abriria um largo campo de possibilidades para explorações agro-pecuárias, pois teriam os seus iniciadores a proteção e o conforto da «urbs» próxima, com os seus recursos, os seus mercados,

as suas comunicações, tudo liberalmente oferecido ao exercício remunerador das atividades rurais.

Quer isto dizer que a organização da Milícia do Trabalho (ou que outro nome tenha) seria uma medida de Governo da mais transcendentales significação, pois que, a um só tempo, daria ao país os seguintes admiráveis resultados:

a) descongestionaria as metrópoles atuais de elementos perniciosos, inúteis ou mal aproveitados, que lhes estão tornando difícil a ordem social e econômica;

b) regeneraria na saúde, na educação, na disciplina e na aptidão para o trabalho, algumas centenas de milhares de brasileiros desajustados à vida social, parasitários economicamente e infelizes pelo infimo teor de vida a que estão adstritos, fazendo de todos eles cidadãos presentes, de fato incorporados e adaptados à comunidade social;

c) daria ao Exército Nacional oportunidade excelente de colaborar, sem maior sacrifício, e sem fugir aos seus fins, numa grande obra de reerguimento nacional, de vitalização da economia brasileira, conseguindo assim o melhor meio para lançar os verdadeiros alicerces da segurança nacional; ao mesmo tempo que afastando os motivos ou pretextos mais prováveis para eventuais investidas contra a unidade do país cuja defesa lhe está confiada;

d) daria ao mesmo Exército um treinamento excelente para numerosos elementos do seu corpo de oficiais, como dirigente de vultosas empresas, a exigirem iniciativa, rapidez de decisão, providência, espírito de sacrifício e ousadia ao mesmo tempo, quais o seriam, então, estas tôdas que a reconstrução da Pátria está urgentemente exigindo;

e) prepararia ainda sem larde, de envolta com as finalidades precípuas, poderosas reservas bem treinadas e utilíssimas, que, em caso de necessidade, poderiam servir como exército territorial, ou mesmo como reforços utilizáveis na própria luta, dada a emergência de uma situação crítica;

f) por outro lado, tornaria altamente produtiva, em grandes e utilíssimas obras públicas, a despesa

que tal medida implicaria, pois aos cuidados do Exército ou Milícia do Trabalho ficariam o devassamento, a exploração agro-pastoril e a abertura de vias de comunicações em enorme área do território nacional, bem como a construção ou reconstrução das 200 e poucas metrópoles do novo quadro, as quais constituiriam os marcos milenários e as sólidas «fortalezas» da ocupação, da «mise en valeur» e da defesa pacífica do nosso amplíssimo espaço geográfico;

g) e, com isso tudo, estaria estabelecendo áreas bem colonizadas com elementos nacionais, e tornando praticamente exequível e de largo sentido político o plano de redivisão territorial, que é o fundamento mesmo da sobrevivência do Brasil como grande poderosa Nação.

Valorização do homem rural

Já vimos que, em certo sentido, toda a grandiosa obra de integração do Brasil é função do seu potencial humano. Esse potencial é respeitável na sua expressão quantitativa e admirável qualitativamente considerado. E está submetendo a uma dinâmica que lhe assegura um dos maiores incrementos entre tôdas as comunidades do mundo. Entretanto, a quantidade de nada nos vale, pois a sua maior parte permanece abandonada, sem saúde, sem alimentação suficiente e adequada, sem moradia digna da espécie humana, sem vestuário apropriado, incapaz, por conseguinte, para um esforço deveras produtivo. Além do que, esses misérrimos brasileiros permanecem literalmente desaproveitados em grande massas, como consequência da má organização social e econômica em que vivemos. Em virtude dessas mesmas causas, a qualidade, também, não chega a influir nos destinos nacionais, porquanto os grandes valores humanos escondidos nessa ganga social, ou são sacrificados precocemente, ou permanecem impedidos de se revelar. Mesmo porque o meio normal dessa revelação — o ensino primário, como processo educativo eficiente durante um tempo

mínimo de cinco anos — quase não existe praticamente. Tão pouco vale, na verdade, a percentagem bem inferior a 25% que ainda na melhor das hipóteses seria a taxa correspondente aos alunos aprovados na terceira série do curso primário, em relação ao que deve ser o rendimento pleno da escola elementar brasileira. E aí está como três quartas partes talvez da população do país não se acham em condições de fornecer perfeitas unidades humanas, senão valores incompletos, ou melhor, sub-valores que, pela má saúde, pela sub-alimentação, pela deseducação e pela incapacidade para um trabalho técnico qualquer, exprimirão, talvez, cada um deles, em média, não mais de 1/10 do tipo humano normal.

Por outro lado, um segundo aspecto calamitoso. A natalidade brasileira ainda é das maiores do mundo. Mas a mortalidade, consequente a fatores em grande parte muito atenuáveis, sobe a cifras alarmantes, sacrificando cada ano contingentes enormes e ceifando, sobretudo, as novas gerações, que no primeiro ano de vida são reduzidas a menos da metade em numerosas áreas do Brasil, e em outras, embora limitadas, são por vezes literalmente eliminadas.

Conclusão: tem o Brasil uma população capaz de grande desenvolvimento e de tipos étnicos que já revelaram admiráveis qualidades. Mas, esse desenvolvimento se mantém frenado por uma incrível mortalidade, em grande parte evitável. E os sobreviventes são mantidos sem saúde, sem educação e sem trabalho, nas mais horribéis condições de vida. Assim, o Brasil, que tanto precisa resguardar o seu esplêndido quinhão territorial — pelo peso da sua massa demográfica, pela valia da sua gente e pela riqueza da sua economia — se vê tolhido em todos os sentidos e ameaçado na sua segurança em virtude dessa sangria ou anemização permanente a que está submetido o organismo nacional.

Problema, por conseguinte, dos mais prementes, é esse da revalorização dos brasileiros e do resguardo da sua normal multiplicação, utili-

zados para tanto os três instrumentos que devem agir conjugada e sincronizadamente — assistência sanitária, assistência educativa e assistência ao trabalho.

Esse objetivo é extraordinariamente complexo em sua compreensão total. Só logrará ser conseguido por um esforço de grande poder. E só será possibilitado, e só se tornará eficaz, graças ao conjunto das circunstâncias favoráveis que devem decorrer das medidas previstas em os outros itens deste esquema. Mas, no seu aspecto geral e primário, de uma primeira e fundamental assistência às classes mais desfavoráveis, o problema pode ser atacado especificamente, e com grande intensidade e eficiência, por dois recursos. Um deles é o Exército do Trabalho, em cujas fileiras algumas centenas de milhares de brasileiros serão reajustados em um elevado nível social, com a sua saúde refeita e resguardada, a sua educação realizada e a sua formação profissional assegurada; o segundo recurso é o das Colônias-Escolas.

A Milícia do Trabalho, como vimos, deverá voltar-se de preferência para as disponibilidades demográficas defeituosamente acumuladas nos centros urbanos; elementos esses que, reajustados, serão restituídos numa parte às indústrias e mistérios urbanos das novas cidades, destinando-se a outra a ser reintegrada na vida agrícola.

A população rural, entretanto, não deve ser deslocada do seu «habitat». Contudo, também não deve permanecer abandonada. Que uma organização especial a procure no seu próprio meio para lhe oferecer bons contratos de trabalho. E submetendo-a a atividades apropriadas ao fim vista, com finalidade de educação e de reajustamento social, faça dela as reservas de agricultores e o proletariado agrícola de que o Brasil tanto precisa.

Uma colônia escola em cada um dos departamentos ou «Estados Associados» em que se dividisse o Brasil: — eis aí meio de realizar em pouco tempo um milagre de regeneração da vida agrícola brasileira, com repercussões inestimavelmente favo-

ráveis na economia nacional; — o que importa dizer, também na organização e na segurança da Nação.

Nessas fazendas-educandários — as Colônias-Escolas — trabalhadores e alunos seriam as «famílias rurais» que na região servida pelo estabelecimento se encontrassem em precária situação social e econômica. Internadas, mediante um vantajoso contrato de trabalho, com a concomitante obrigação de aceitar sua disciplina social, sanitária e educativa, essas famílias seriam «socializadas» convenientemente, conjugando-se em regime adequado a vida de família e a vida em comunidade, de maneira que todos se educassem, todos melhorassem sua saíde, todos trabalhassem aprendendo as várias atividades necessárias à vida rural, todos se recreassem, todos possuíssem ambiente doméstico de bem estar, todos tivessem convivência social e participassem de equipes para variados fins. E assim tudo fizessem, sob esclarecida e segura orientação, no sentido de defender a saúde, manter um lar confortável, cooperar, participar da vida social, trabalhar com elevado rendimento e conduzir-se, numa palavra, em termos da vida econômica, social e cívica, como é necessário que aconteça a cada membro da comunidade nacional.

O período de um, dois ou três anos — conforme a profundidade da obra que se quisesse realizar — bastaria para reajustar as famílias internadas, já do ponto de vista da saúde, já no que respeita ao trabalho e à educação. Vivendo em sociedade, trabalhando para a comunidade e por ela assistidos, êsses elementos se transformariam em cidadãos perfeitos. Teriam compreendido em tôdas as suas esplêndidas virtualidades a convivência humana e a valorização do homem pela disciplina, pela cooperação, pelo labor bem orientado, pela saúde e pela educação. Deixariam a Colônia-Escola com tôdas as experiências, aptidões e hábitos necessários a um ótimo padrão de vida como colonos, pequenos sítiantes ou trabalhadores rurais. E levariam economias para, ainda com a assistência da colônia-escola, se estabelecerem definitivamente, e assim

exercerem, sob uma ou outra forma, úteis atividades agro-pastoris.

Dêsse modo, às Colônias-Escolas se manteriam com despesa mínima, pois que elas quase se bastariam a si mesmas, utilizando o serviço dos colonos-alunos e consumindo a produção do estabelecimento, possivelmente ainda com o lucro de alguma exportação. E estariam em curtíssimo prazo prestando o mais relevante serviço social e econômico ao Brasil, expresso nos seguintes resultados:

a) amparo a milhares de famílias de ínfimo teor de vida e situação profundamente miserável;

b) preparação de milhares de trabalhadores ótimos e cidadãos prestantes;

c) colonização definitiva, segundo elevados índices de eficiência, das áreas circunjacentes aos aludidos educandários;

d) enriquecimento da economia nacional;

e) melhoria da situação social da população rurícola, que iria sendo naturalmente influenciada pelos altos padrões de vida das colônias progressivamente constituídas com o estabelecimento das ex-famílias-alunas dos educandários em causa:

f) facilidade de abastecimento, pelas Colônias-Escolas, das sedes departamentais a serem construídas em zonas não ou pouco povoadas;

g) equanimidade na distribuição dos benefícios da assistência oferecida pelo Poder Público, a qual assim favorecia, pelas Colônias-Escolas, as populações rurais, enquanto a Milícia do Trabalho assistiria às populações citadinas de baixo teor de vida.

Virtualização do aparelho administrativo

Para a reconstrução do Brasil, se é indispensável a preliminar redivisão territorial, a integração do quadro político por meio da organização departamental (quadro dos Estados Associados), bem assim o desencadeamento da verdadeira «marcha para oeste» com a construção das novas metrópoles, a utilização da Milícia do Trabalho e a instituição

das Colônias-escolas, por êsse meio preparando-se e executando-se a mais inteligente obra de colonização, de divisão e normalização da propriedade imóvel, de redistribuição demográfica, e de valorização, a um só tempo, do povo brasileiro e do ecúmeno nacional, — tudo isto, entretanto, não basta. Essa nova e racional estrutura dos quadros políticos, bem como as novas e sábias diretrizes traçadas, precisam vir acompanhadas de um dinamismo novo por parte do instrumento de que o Estado se utiliza, isto é, a máquina governamental e administrativa.

Administração incapaz e desorganizada é administração insuficiente. Governo desarticulado, ilógico na sua divisão do trabalho, não submetido a planos de conjunto e de detalhe, êstes e aquêles elaborados com rigor, bem articulados entre si e meticolosamente controlados na sua execução, será forçosamente governo contemporizador, governo por isso mesmo incapacitado para uma grande tarefa histórica, qual a que se impõe ao Brasil no momento.

Ora, infelizmente, a situação do país ainda quase se enquadra nestas duas conceituações desfavoráveis. A despeito das conquistas da revolução de 1930, ainda não se operou integralmente a reabilitação brasileira. Força é convir, não há dúvida, em que já se esboçaram as grandes linhas dessa reabilitação. E chegou-se a lançar habilmente um dos alicerces indispensáveis a essa obra de regeneração — a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público, o qual, ao lado dos três institutos — o de Geografia e Estatística, o Tecnológico e o de Estudos Pedagógicos, — veio integrar um quadrilátero que delimitou um campo de forças fadado a dominar a dinâmica da reconstrução do Brasil. Mas, assim como em relação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são necessárias ainda medidas complementares, a fim de integrar êsse organismo definitivamente em sua difícil e nobilíssima missão; assim como as duas outras instituições de análoga destinação precisam de ampliações e medidas outras, vigorosas, só possíveis em virtude das

«convenções nacionais» preconizadas e postuladas em outro capítulo dêste memorial; assim também o D. A. S. P., além de precisar igualmente prender à sua órbita de ação, pelo recurso à fórmula convencional, as autonomias dos Estados e municípios, em matéria de **organização administrativa**, a fim de lhes imprimir orientação uniforme, carece ainda de implantar, primeiro, na administração federal, e, depois, na administração regional, departamental e municipal, um princípio poderoso de regeneração, por força do qual a máquina administrativa brasileira saia definitivamente da funesta situação em que se encontrou até agora, absorvendo os melhores recursos da nação em dinheiro e valores humanos e, não obstante, só lhe dando em troca, para prover às necessidades de ordenação e propulsão das atividades da comunhão social, um dos mais débeis instrumentos de trabalho.

É, sem dúvida, uma obra admirável a que o D. A. S. P. já conseguiu realizar. Levado adiante o seu programa, e ampliado hábilmente o seu esforço às órbitas regionais e municipais, certamente já teremos dado um grande passo para a frente, pois já está conseguido um dos dois objetivos básicos na matéria: a imposição de princípios de ordem, de racionalização e de sincronia a todos os campos da administração federal, através das barreiras que pareciam intangíveis (e, entretanto, precisavam ser superadas), decorrentes da divisão ministerial. Mas, falta-nos ainda o prevalecimento do outro princípio. Aquêlé é de alcance formal, estabelece um condicionamento objetivo. Permite que a grande máquina trabalhe melhor, dadas as favoráveis condições de padronização, de método, de organização racional, de simplificação, de unificação, de progressividade, que institui. O outro princípio, o que ainda nos falta, é de ordem subjetiva. É o de valorização do elemento humano, fazendo com que as forças mentais e morais se expandam ao máximo no seio da máquina administrativa, a fim de lhe imprimirem impulsos de multiplicada eficiência e ajustá-la aos poucos, ágil

e inteligentemente, às necessidades de progresso que se forem fazendo sentir no decurso de cada empreendimento e de cada experiência.

Ora, êsse princípio ainda não informa suficientemente a administração brasileira. Alguns valores já se revelam e já conseguem ver-se bem aproveitados, dando de si boas contribuições. O regime dos concursos e a outorga temporária das chefias em função exclusiva do fator confiança, já foram conquistas do maior alcance. Sem embargo, o regime atual não favorece a plena florescência das dedicações, dos entusiasmos. Nem permite que os servidores públicos possam ter o espírito libertado das absorventes preocupações que as dificuldades de vida acarretam, e prêso exclusivamente, por conseguinte, aos interesses e aos objetivos da sua profissão.

É preciso, pois, completar a reforma de 1936, tendo em vista estabelecer os grandes quadros correspondentes às diferenciações fundamentais de responsabilidade material, moral e intelectual, e em cada um dêles instituir as carreiras. Mas, de forma que estas sejam percorridas, não mediante defeituosos processos em que se pesam sem sistema e sem justiça a antiguidade e o mérito, e sim por força dos dois fatores — rigorosa e equitativamente medidos — **tempo e merecimento**, dentro de determinados períodos, sem nenhuma interferência do fator acaso, e com a intervenção reequilibrante, e de alto valor social, dos dotes matrimonial e de natividade, dos abonos de família e do mês suplementar anual. Porque só num regime em que o funcionário saiba que não pode concorrer deslealmente com o companheiro, nem sofrer tão pouco uma concorrência injusta; só num regime em que não precise, para ter o seu prêmio, contar com a loteria macabra da morte de colegas; só num regime em que os encargos de família não sejam maldições, mas ocorrências felizes que enobreçam a vida sem empobrecê-la; só num regime em que as incertezas da sorte portadoras de surpresas onerosas, possam ser cobertas com vantagens suplementares lícitas, que não desviem o

tempo e o esforço do funcionário para preocupações alheias ao seu mister; — so nesse regime se expandirão, no seio do funcionalismo público, as virtualidades de progresso, iniciativa e dedicação que geram o êxito formidável das grandes empresas industriais quando são elas conduzidas mediante organização inspirada nos princípios indicados.

Mas, êsse regime está traçado. Veja-se a Resolução n.º 127, de 19 de julho de 1939, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística. Reestrua-se o regime do funcionalismo público de acôrdo com os generosos princípios que ali estão inscritos. E estará dado ao D. A. S. P. o meio de, engrenando, como deve, tôdas as órbitas da administração brasileira, dotar o país do mais poderoso instrumento de progresso que se possa desejar.

Gabinete Técnico da Presidência e reorganização do quadro ministerial

A organização do aparelho administrativo e o seu meneio, não obstante a ação uniformizadora do Poder Legislativo e o contrôle da Chefia do Poder Executivo, sempre apresentaram entre nós aspecto caótico. Desnivelamentos incríveis de eficiência; variedade enorme de normas e métodos; diversidade ao infinito dos esquemas de organização; desorientação e incongruência nas reformas; falta de seleção e contrôle do pessoal; irracionalidade na diferenciação das carreiras e nos níveis de remuneração; a maior balbúrdia possível, no que interessa ao material. Eram estas as linhas dominantes do panorama da administração brasileira até o advento do Governo Getúlio Vargas. Sempre houve exceções, é claro. Iniciativas excelentes apareceram aqui e ali. E algum progresso havia, evidentemente. Mas, a falta de visionamento do problema no seu conjunto, tanto quanto a não generalização das salutares medidas de ordem introduzidas ora num ponto ora noutro, impediram o amplo esforço de racionalização que se fazia mister.

É de justiça, pois, reconhecer que foi a criação do Conselho Federal do

Serviço Público, depois transformado no Departamento Administrativo do Serviço Público, que trouxe a chave para a solução de um dos mais graves e mais prementes problemas da reorganização nacional. Solução deveras basilar, da qual dependiam a eficiência e o normal rendimento de toda a organização administrativa brasileira.

Mas, qual é o elemento decisivo do êxito alcançado? Sem dúvida alguma, o caráter geral do esforço de racionalização.

Não se retirou a gestão da máquina administrativa das mãos dos que a manejam — os Ministros. nem se diminuiu a autoridade deles. Pôs-se abaixo, apenas, o tabu da autonomia ilimitada, o isolacionismo pernicioso em que viviam os Ministérios, como compartimentos estanques e aparelhos avulsos do sistema administrativo da Nação. Um poderoso centro de ação pôde atuar sobre a maquinaria administrativa federal, considerando-a o que é de fato — um todo orgânico, e impondo-lhe normas e padrões uniformes. Os chefes tiveram de agir de acordo com essas normas e padrões, e os órgãos que lhes são subordinados, executando-lhes as ordens em seus campos específicos, ficaram, entretanto, sob o aspecto particularizado da racionalização administrativa, submetidos à orientação única do D. A. S. P., o qual teve em cada Ministério um órgão em íntima colaboração com ele e que, sem deixar de ser subordinado ao Ministro, era também uma projeção, uma delegação do D. A. S. P., preposta a implantar e fazer prevalecer a sistemática por êste instituída e permanentemente controlada.

Essa foi uma das maiores vitórias, entre nós, do senso de organicidade e do espírito de cooperação e comunidade, que devem reinar na gestão da coisa pública. E com elas se manifestou ainda mais claramente o cabimento de um dos princípios informadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o da possibilidade de unificação interministerial de determinadas modalidades de estrutura e ação comuns, sem tolher as legítimas autodeterminações e de

de eficiência, o esforço que ao Estado modo a permitir, assim, que atinja o mais alto grau, no seu potencial do cabe realizar.

Urge, porém, que a Nação tire todas as consequências da lição que experiências felizes lhe proporcionaram.

O organismo do Estado tem, obviamente, analogias fundamentais com o organismo biológico. Se na forma humana — a mais adiantada das formas vivas — vemos, em toda sua harmonia e lógica admiráveis, a distinção ao lado da interpenetração e interação, entre os órgãos e as funções da vida vegetativa (subsistência), da vida sensorial (ambientação) e da vida intelectual (autonomia e movimento, isto é, aperfeiçoamento), também no Estado — a mais perfeita das formas sociais — distinguimos nitidamente os aspectos estruturais e funcionais relacionados com a subsistência (gestão), com a percepção (geografia e estatística) e com a direção ou determinação (governo).

Ora, sem a unidade orgânica nesses três aspectos do ser biológico ou social, isto é, sem a unidade e a harmonia do «corpo», sem a unidade e a harmonia do «sensório» e sem a unidade e a harmonia do «intelecto», não existe o indivíduo. Ou, se existe e permanece, a sua «personalidade» deforma-se, oblitera-se e torna-se impotente em face dos objetivos vitais que lhe forem essenciais. Donde o imperativo orgânico, político e lógico para que cada Estado procure e conquiste, realizando-as em si mesmo, as formas mais perfeitas daquela triplice unidade e harmonia.

O Estado Brasileiro retardou-se na realização dos seus destinos e correu os maiores riscos através de experiências mal dirigidas segundo rumos errados ou perigosos. Exatamente porque não soube realizar senão mui precariamente e no limite mínimo para que tivesse expressão de realidade, aquela unificação — garantia de racionalidade e eficiência.

Mas encontrou, por fim, o caminho para essa «integração» da sua personalidade, já havendo vencido duas das três etapas necessárias. A administração federal, ou melhor —

o Governo da República, já tem hoje uma «economia de subsistência» e uma «economia de percepção» nitidamente estabelecidas. Elas foram instituídas e estão sendo mantidas com o melhor êxito possível pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Faltam porém, unidade e consistência em sua «economia de orientação». Se estão normalizados os aspectos da vida vegetativa e sensorial, não o está o da vida intelectual e volitiva, isto é, da determinação ordenada e em plena consciência de racionalidade, eficiência e continuação.

As funções do «governo», no Estado Brasileiro, ainda não dispõem de um aparelho apropriado. A capacidade do seu chefe, por maior que seja, não pode superar as deficiências do «sistema». Os elementos em que diretamente se apoia, por excelentes que sejam, não têm os seus esforços submetidos às interconexões que a própria natureza dos problemas do governo exige. E, pois, não se orientam convergentemente, não entram em sincronia, não se unificam, em suma, na realização de uma vontade superior, esclarecida, permanente, lógica — a vontade da Nação, determinada pelas suas próprias condições claramente sentidas e pela sua destinação histórica, reduzida a um lúcido estado de convicção e de deliberação.

Ora, essa unidade também é necessária. E tão necessária quanto as duas outras. Com uma organização administrativa descontrolada, o Estado Brasileiro se manterá fisiologicamente impotente. Sem o conhecimento das suas próprias condições de vida e das determinantes da sua existência, ele agiria no escuro, desorientadamente, incapaz de um progresso seguro e de uma defesa esclarecida. Mas, sem a compreensão clara e total das situações emergentes, sem um perfeito «estado de consciência», entendido este na maior latitude do seu complexo significado, as possibilidades de erro por ação ou omissão se multiplicam, realizam-se experiências condenáveis, tomam-se iniciativas insuficientes, tardias ou contraditórias. Em suma, falta-lhe a

«alma», o intelecto claro e harmonioso, agindo **ciente e conscientemente**, na determinação de uma vontade poderosa e prudente, em direções certas e definitivas.

Tudo indica, pois, a conveniência de que o «aparelho cerebral» da República, a sua máquina governativa — o Poder Executivo da Nação — se reorganize no sentido de dar-se a si mesmo as condições de plena expansão e segura eficiência. Assim como na organização administrativa, assim como nos levantamentos geográfico-estatísticos, também no que respeita ao governo, ou melhor, à governação da coisa pública, instaure-se a racionalidade do esquema, a interrelação dos setores e os fundamentos de um comando superior unificado, a exercer, como de mister, o triplice papel de coordenador, controlador e impulsionador da obra governativa nacional.

Quer isso dizer que esse transcendente aspecto da reorganização brasileira oferece duas faces. Ou melhor, três. Por um lado, a da instituição dos setores, subdividida no aspecto de sua esquematização ou diversificação, e no da interação e articulação entre estes; por outro lado, a face da unificação da obra governamental a cargo da Chefia do Governo.

Examinemos cada um deles.

Não é necessário grande esforço para que se percebam os inconvenientes e mesmo os erros que viciam o esquema da instituição dos setores gerais — os Ministérios — do Governo Federal. Dos mesmos assuntos tratam simultaneamente dois e mais Ministérios. Há objetivos comuns ou muito conexos entre o Ministério do Trabalho e o da Agricultura; entre estes, o da Fazenda e o do Exterior; entre o da Educação e Saúde e o do Trabalho e o da Agricultura; entre aqueles e o Ministério da Justiça; entre o Ministério da Viação e os Ministérios Militares; e assim por diante. E há assuntos que, a rigor, pertencem exclusivamente a um só Ministério, o das obras públicas, por exemplo, mas que deveriam ser distribuídos racionalmente, e harmonicamente conduzidos, por vários outros setores ministeriais. Enquan-

to isto, uma parte importante da administração civil, que talvez se pudesse incluir em grande parte na esfera das atribuições do Ministério da Viação, encontra-se na do Ministério da Aeronáutica, que é um Ministério nitidamente militar.

É evidente que há um imperativo de ordem para tal organização. E essa ordem, no seu elemento primordial, deve ser a submissão do esquema estrutural que lhe serve de base, a uma fórmula racional.

Quais são os objetivos fundamentais da máquina do Governo? Todos responderão sem divergir.

— primeiro, — os que entendem com a **economia**, visando ao aspecto material da riqueza e da subsistência públicas;

— segundo, — os que se relacionarem com o **bem-estar social**, a assistência, que tende à valorização do homem;

— terceiro, — a **defesa** da coletividade na convivência internacional;

— quarto, — o exercício da **soberania**, visando à instituição e ao funcionamento do próprio Estado.

Como se vê, há aí dois binômios articulados entre si. Num deles aparecem em primeiro plano os interesses dos indivíduos que formam a comunidade: subsistência e convivência dos cidadãos. No segundo, passam à frente os interesses da personalidade política da sociedade, o próprio Estado. Mas, aí também se trata, primeiro, de subsistir e depois de conviver.

Esses quatro grandes setores não bastam, tão extensos e complexos são eles, para fundar a ordem ministerial. É preciso subdividi-los. E tal divisão, como tôdas as cousas lógicas, é intuitiva.

No setor da «economia nacional» teríamos três Ministérios:

— o da Produção (extração, agricultura e indústria);

— o do Transporte (transporte propriamente dito, comunicações e obras públicas conexas);

— o do Comércio (comércio interno e externo, mercados, consumo).

No setor da «assistência nacional», três outras organizações ministeriais se impõem, objetivando proteger o

homem na sua integridade física, na sua valorização cultural, na sua atuação social, a saber:

— o Ministério da Saúde;

— o Ministério da Educação;

— o Ministério do Trabalho.

No setor da «defesa nacional», impõem-se evidentemente (corrigidas impropriedades flagrantes das denominações tradicionais):

— o Ministério da Defesa Terrestre;

— o Ministério da Defesa Naval;

— o Ministério da Defesa Aérea.

Finalmente, no setor da «soberania nacional» (ou do «poder político»), apresentam-se os Ministérios correspondentes aos três aspectos da soberania, — o fiscal, o da justiça e ordem pública, o internacional, — isto é:

— o Ministério da Fazenda;

— o Ministério da Justiça e Negócios Interiores;

— o Ministério das Relações Exteriores.

A instituição, porém, deste esquema, não basta. Depois da boa diferenciação, a boa coordenação.

Esta não pode ser feita, como julgam alguns espíritos habituados a apreciar sumariamente as coisas, nem pelos simples entendimentos entre os Ministros, nem pelas determinações do Chefe do Governo.

Mediante o primeiro desses recursos, não se teria coordenação alguma, como não se teve em estatística e em organização administrativa antes do I.B.G.E. e do D.A.S.P. Os Ministros têm os seus programas, suas idéias, seus métodos. E é natural e humano que não se inclinem, espontaneamente, a subordinar suas iniciativas e decisões aos pontos de vista, aos interesses e às diretivas do titular de uma outra pasta, ainda quando se trate de assuntos conexos. Dessa forma, a cooperação entre eles a pleno efeito, sem a interferência de uma autoridade superior, é impossível.

Essa supervisão, porém, que cabe e deve caber ao Presidente, é impraticável também na organização atual. Um comandante-chefe não pode dirigir um grupo de exércitos sem um Estado-Maior. Cada Ministério vale bem um exército. E os seus proble-

nas comuns, tanto quanto a articulação dos seus problemas específicos, exigem supervisão minuciosa, estudos analíticos, confrontos, documentação, que não podem ser feitos por um homem só, e muito menos por um homem assoberbadíssimo de deveres e escravizado a uma rotina burocrática excessivamente absorvente, como ainda é o Presidente da República.

Roosevelt bem compreendeu tamanha necessidade, e formou o Gabinete da Presidência, englobando um conjunto de órgãos de medida, de controle e de planificação, que cobrem todo o campo da administração e do governo, nos Estados Unidos. É esse Gabinete o «Estado-Maior» da Presidência, a bem dizer. Não Estado-Maior no sentido apenas militar, mas no sentido mais amplo possível.

Entre nós, não se destinam a esse mister nem a Casa Civil, nem a Casa Militar, que funcionam como simples órgãos de secretaria e de representação.

O que é preciso é um Gabinete Técnico, ou mesmo um «Estado-Maior», senão um «Departamento do Governo». Esse seria o órgão executivo de documentação, de análise, de planificação, de articulação e de controle da obra governamental, compreendida esta no seu sentido mais geral e mais elevado. As sugestões dos Ministros e as diretivas do Chefe do Governo seriam ali examinadas à luz dos interesses gerais do país e dos precedentes das experiências nacionais, consideradas em todas as suas repercussões. Em gráficos, em quadros sintéticos, em esquemas, em itens concisos, se submeteriam ao Presidente os resultados desses estudos; mas, ficando de logo sugeridas para cada uma das determinações possíveis, as «ordens de serviço» e os seus «tempos» de execução, a serem comunicados aos diferentes órgãos que deveriam colaborar em qualquer medida deliberada pelo Presidente. Fixadas essas diretivas, os Ministros dentro delas administrariam suas pastas, executando os programas que houvessem obtido a aprovação do Chefe do Governo, mas na certeza de que tudo quanto in-

fluísse no êxito desse programa e deles próprios não dependesse, estaria sendo feito no devido tempo e forma, sob o controle permanente do órgão de supervisão governamental a serviço da Presidência, o qual traria o Chefe da Nação a par do andamento geral, e em cada uma de suas partes, dos planos em via de execução.

Para a plena eficácia desse controle e dessa permanente informação do Presidente em termos de compreensão geral da obra de governo, o Chefe do Gabinete Técnico ou Estado-Maior da Presidência, subordinado diretamente ao Presidente e como seu preposto, realizaria conferências pessoais com os gestores de Ministério ou de instituição autárquica. Por outro lado, promoveria conferências coletivas regulares com todos eles, mas, quanto aos Ministros, para cada um dos quatro grandes setores do Governo separadamente, e quanto aos Institutos, conforme os grupos que formassem segundo as afinidades de objetivos. O «Ministério», só o reuniria o Presidente; mas as quatro seções ou conjuntos ministeriais, bem como os conjuntos formados pelas instituições autárquicas, teriam sucessivamente os seus titulares reunidos em conferências com o Chefe daquele órgão superior, permitindo-lhe assim acompanhar e ajustar «pari passu» a obra de governo em curso e levar ao Presidente, cada vez que com ele despachasse, não só as soluções dos casos especiais, em estudo, que interessassem a mais de um Ministério ou a mais de um Instituto, senão ainda uma resenha geral da marcha dos negócios públicos e da execução das diretrizes traçadas. O Presidente, ao seu turno, teria de tudo um efetivo controle. No seu despacho com os Ministros e com os Presidentes de Institutos que lhe fôssem diretamente subordinados, inteirar-se-ia dos trabalhos e do movimento dos diferentes setores administrativos, apreciando também a reação que os dirigentes da administração oferecessem às diretivas de governo que houvessem sido assentadas e à ação do órgão coordenador. Por outro lado, despachando com o Chefe do

Gabinete Técnico ou Estado-Maior da Presidência, suas vistas cobririam o panorama geral da vida nacional e os seus grandes problemas, o ritmo geral dos negócios públicos em suas complexas interrelações, e informar-se-ia, além disso, da maneira por que os diferentes Ministérios e Institutos estariam colaborando nos planos governamentais. Assim ficaria habilitado a remediar no momento oportuno as deficiências, os retardamentos, as dificuldades que fôsem surgindo na gestão geral dos serviços públicos. E sempre teria à mão, naquele órgão, não somente os técnicos de «élite» para o conselho e a elaboração dos planos que desejasse, mas ainda a documentação e os elementos de comprovação, confronto e investigação de que carecesse para a solução de determinado problema, ou para ajuizar com segurança sobre determinada ordem de fatos, de configuração complexa ou que afetasse mais de um setor ou mais de uma órbita da administração, senão da

própria vida nacional. O Gabinete Técnico, por sua vez, sendo o mais eminente dos órgãos que se destinariam à grande síntese e unificação da obra governamental, teria necessariamente a colaboração integral por êle mesmo programada, dos outros dois — o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; — mesmo porque, se os problemas de governo têm de ser resolvidos com base na boa ordem e na eficiência da organização administrativa, suas soluções devem orientar-se pela documentação e pela análise estatístico-geográfica.

Qualquer espírito que medite um pouco sobre êsse empolgante aspecto da reorganização nacional, há de logo sentir-se dominado por uma perfeita consciência da necessidade do órgão superior que se propugna e da transcendência de sua missão. Mais não será preciso, pois, acrescentar para justificar-lhe a criação.



NOTAS SOBRE HEIDEGGER

A Pinto Ferreira, mestre e amigo

GLÁUCIO VEIGA

I — O existencialismo apresenta-se, hoje, como um dos temas mais triturados da nossa época. Seja o existencialismo ateu de Sartre, ou o existencialismo teísta de Marcel, todos eles polarizam a atenção dos seus admiradores.

O papel preponderante de Sartre, como um dos vanguardistas do movimento, é tão intenso que ameaça a reputação do criador e sistematizador do existencialismo: Heidegger.

De fato, a clareza de estilo e o próprio desvio da linha justa do pensamento heideggeriano, da obra de Sartre, empurram-no para o povo.

Heidegger é intolerável. Intolerável e intraduzível. Manejando o alemão mais complicado deste mundo, lidando com uma terminologia encipada por neologismos rebarbativos, Heidegger é mais áspero que Hegel. E Kant, em cotejo com o criador do existencialismo, transforma-se em água de flor de laranja.

A leitura «Sein und Zeit» é recomendável, antes como processo terapêutico para afásicos ou para os que sofrem de gagueira desenrolarem a língua, do que um tratado de filosofia.

Da dificuldade de linguagem dimana a dificuldade de interpretação. E, desta, a confusão em torno do existencialismo.

II — Heidegger converge seus esforços para uma nova conceituação do ser. Repete a velha pergunta de Tales. Como obter a resposta? A resposta obtem-se por intermédio da análise existencial.

Todos os esforços da análise existencial são dirigidos no sentido de achar uma possibilidade para responder a esta pergunta.

«Alle Bemuechungen der existenzialen Analytik gelten dem einen Ziel, eine Moeglichkeit der Beantwortung der Frage nach dem Sinn von Sein ueberhaupt zu finden» (Sein und Zeit, I — p. 372.

A ontologia fundamental, portanto, deve ser procurada na análise existencial do ser humano.

«Daher muss die Fundamentalontologie, aus der alle andern erst entspringen koennen in der existenzialen Analytik des Dasein gesueht werden» (p. 13)

Porque conhecer é simplesmente a existência do sujeito que conhece. E este sujeito que conhece e existe é o ser humano, o «Dasein».

Para conhecer é preciso existir. Sem existência não há conhecimento. Logo, ser e tempo são termos inseparáveis (Cfr. p. 12).

Em síntese, a essência do existir é a sua existência.

Vê-se, por conseguinte, que a filosofia de Heidegger é um círculo que partindo do Ser, atinge o Tempo, voltando ao Ser.

A filosofia só é possível como fenomenologia.

«Ontologie ist nun als Phänomenologie möglich» (p. 35).

Ela é uma ontologia fenomenológica universal que capta a hermenêutica do **Dasein** e como análise existencial, tenta fixar o fio condutor das questões filosóficas, desde o princípio até ao fim.

«Philosophie ist universale phänomenologische Ontologie ausgehend von der Hermeneutik des Daseins, die als Analytik der Existenz das Ende des Leitfandes alles philosophischen Fragens dargefestgemacht hat, woraus es entspringt und wohin es zurückschlägt» (p. 38).

III — O «Dasein» é o existente humano. A ele se opõe o «Seiendes» ou existente bruto. O existente bruto está fora dos domínios de inteligência. Mas, ele existe. Ele é independente da experiência. Como também é independente de qualquer conceito ou conhecimento que o descubra.

«Seiendes ist unabhängig von Erfahrung, Kenntnis und Erfassen, wodurch es erschlossen, entdeckt und bestimmt wird». (p. 183)

O ser, contudo, está na apreensão do existente bruto, cujo ser é a apreensão do ser. Logo, o ser pode não ser concebido porém não pode ser plenamente inapreendido.

«Sein aber ist' nur im Verstehen des Seienden, zu dessen Sein so etwas wie Seinsverständnis gehört. Sein kann daher unbegriffen sein, aber es ist nie völlig unverstanden. (p. 183).

O existente bruto (Seiendes) ou o ôntico está fora dos domínios da inteligência.

Encampa, assim, Heidegger o dualismo kantiano do **noumeno** e do **fenômeno**.

Conceituando o filósofo de Königsberg, o **fenômeno** e o **noumeno**, escreve:

«Erscheinungen, sofern sie als Gegenstände nach der Einheit der Kategorien gedacht werden, heißen Phaenomena. Wenn ich aber Dinge annehme, die bloss Gegenstände des Verstandes sind, und gleichwohl, als solche, einer Anschauung obgleich nicht der sinnlichen (als *cum intuitu intellectualia*) gegeben werden können: so werden dergleichen Dinge e *Nomena* (*intelligibilia*), heißen. (Kritik der Reinen Vernunft — p. 231).

O homem, para Kant, pode ser **fenômeno** e **noumeno**.

Mais ou menos semelhante é a afirmativa de Heidegger quando escreve que o existente humano é, onticamente, imediato a si mesmo porém, ontologicamente, é o mais remoto:

«Dasein ist ihm selbst ontisch »am nächsten«, ontologisch am fernstem...» (p. 16).

Mas, enquanto Kant cavou um abismo entre o fenômeno e o noumeno,

Heidegger procura uma ligação entre o existente bruto (Seiendes) e o existente humano (Dasein).

O ser se projeta no mundo como o «Sein-im-der Welt» para poder captar e compreender a realidade.

O «in-der-Welt-sein» é a consciência de uma existência e a existência de uma consciência.

IV — A existência se baseia no que há de vir. Diz Heidegger que o que foi nasce daquilo que **está vindo**, de maneira tal que isto que **está chegando** e foi, transforma-se em atualidade. É um trecho — este que acabamos de citar — quasi incompreensível e por isso remetemos o leitor para a pg. 326, do original, na esperança remotíssima de que possa compreender este malabarismo de palavras.

Temporalidade — no conceito de Heidegger — é este ser que **está vindo**, que **está chegando** e **foi**. A temporalidade é tempo originário.

Aquí, Heidegger repete a idéia de «momento» de Kirkegaard e Bergson.

Com uma diferença, todavia, no que toca a influência de Kirkegaard. Diz o autor do «Sein und Zeit» (pg. 338 em nota) que o filósofo nórdico em virtude de conceituar o **tempo** pelo conceito vulgar, concebe e explica o «**momento**» com o auxílio da relação entre as idéias do «**agora**» e de «**eternidade**».

Heidegger interpreta o existir tendo em vista a sua existencialidade.

Aí está a sua diferença fundamental de Kirkegaard.

IV — A bibliografia sobre o existencialismo já é bem vasta. Quanto a de Heidegger, reduz-se a uma meia dúzia de livros.

O «Sein und Zeit» apareceu pela primeira vez, em 1927, no tomo VIII do Jahrbuch für Philosophie und phänomenologische Forschung e não é como muita gente pensa, a primeira produção de Heidegger. O filósofo estreou com «A teoria das Categorias e das Significações de Duns Scotus» — que constitui com ligeiras modificações a sua tese de habitação à cátedra, sendo publicada em 1916, com uma dedicatória a Rickert.

Segue-se o «Sein und Zeit», cuja segunda edição surgiu em 1929 (Halle). Ainda, em 1929 apareceu «Was ist die Metaphysik» da qual há uma tradução francesa de Henry Carbin — «Qu'est-ce que la Métaphysique?», ed. Gallimard, 1938 e duas versões castelhanas, uma de R. Lide, publicada na revista «Sur», n.º 5 e outra devida a Xavier Zubiri, enfeitada na revista «Cruz y Raya», n.º 6. Há uma edição última do «Was ist...» de 1943, com um novo past-facio. Do ano de 1929 é «Kant und das Problem der Metaphysik», onde se restaura o verdadeiro sentido da filosofia kantiana, desvirtuada pelo neo-kantismo.

Depois de um longo silêncio, silêncio filosófico ao lado de ruidosa atividade política, em prol do nazismo, Heidegger publicou em 1941, a sua interpretação da obra de Holderlin: «Hordeins Hymne wie wenn am Frelertage». Em 1942 apareceu «Platonslehre von der Wahrheit». Em 1943 «Vom Wesen der Wahrheit» e «Holderlins Gesicht: Andenken» e finalmente em 1944, «Holderlins Elegie: bleimkunft». Todos esses livros foram editados por um livreiro, amigo de Heidegger e convencido nazista: Vittorio Klostermann, estabelecido na cidade de Frankfurt sobre o Reno.

V — Durante a Semana Santa de 1947, reuniu-se a Academia de S. Tomás, em Roma, para debater o existencialismo. Nessa reunião definiram-se três correntes: a corrente tomista, com Maritain à frente, afirmando que o verdadeiro existencialismo era otomismo, com a sua tese «L'Existentialisme de S. Thomas e Gilson com «La connaissance de l'être».

Para Maritain «l'existentialisme de St. Thomas est un existentialisme à base de raison et d'intelligibilité, contrairement aux diverses formes d'existentialisme contemporain. Toute la métaphysique de S. Thomas est fondée sur la primauté de l'esse «actualité de tout acte et perfection de toute perfection». Dans sa philosophie morale S. Thomas a aussi une position fondamentalement existentielle, par ses sons que pour lui jugement de la prudence».

est irréductible à toute science, et dépend essentiellement de la rectitude existentielle, hic et nunc, du mouvement de l'appetit vers les fins du sujet».

A corrente negativista, capitaneada pelo padre E. Taicofondi, com a tese «Caratteristiche dell' esistenzialismo italiano».

Finalmente, a corrente que aceita o Existencialismo com restrições e admite mesmo um retorno de Heidegger para Deus. Entre os representantes desta terceira atitude destacam-se N. Picard com a tese «Orizzonti e limiti dell' ontologia in M. Heidegger, o jesuita L. Naber com a monografia «Alcune precisazioni sulla sintesi di filosofia dell' esistenza e dell'ontologia in Heidegger».

N. Picard que acredita na conversão de Heidegger escreve:

«Nei recenti scritti di H. si nota una decisa svolta verso una filosofia dell' Essere. Viene esaminato il significato dell' ontologia, fondamentale «nel totale progresso del pensiero» heideggeriano secondo i due concetti centrali: Esistenza - Essere. La posizione di H. vicina ormai alla Teologia negativa e ad un ontologismo irrazionalistico, é caratterizzata dalla mancanza di un concetto di essere fondamentale unitario che possa permettere la comprensione del collegamento dell' esistenza con «l' Esse ipsum» e, per conseguenza, viene meno la base assiologica della vita e della conoscenza.

As críticas ao existencialismo acham-se espalhadas por várias obras, monografias e revistas. Destacamos estas seguintes.

Como divulgação, não há nada melhor que o livro de Gurvitch, «Les Tendances actuelles de la philosophie allemande», Vrin, 1930. Ou, então, o livro de De Waelhens, «La philosophie de Martin Heidegger» — Louvain, 1942. Tanto do livro de Gurvitch como do livro de De Waelhens há uma tradução castelhana. A obra de De Waelhens foi traduzida pelo jesuita R. Cenal e editada, em 1945, pelo Instituto «Luis Vives», de Filosofia. O livro de De Waelhens é a mais completa exposição da doutrina de Heidegger. Porque para traduzir o «Sein und Zeit» não basta saber alemão. Heidegger faz verdadeiras acrobacias com as palavras e com os conceitos.

Em castelhano encontramos a síntese de Alberto Wagner de La Reyna, professor de Universidade católica do Peru, «La Ontologia Fundamental de Heidegger — Su motivo y significacion — Ed. Losada — Buenos-Ayres.

O autor distribui o assunto por 16 parágrafos, mostrando que a filosofia de Heidegger dirige-se para uma melhor conceituação do ser e que o tempo é o condicionante ontológico da existência humana.

O autor estudou em Berlim com Hartmann e Spranger. Em Friburgo, como o próprio Heidegger. A sua obra, entretanto, não tem a capacidade de análise de De Waelhens.

Carlos Astrade, filósofo e sociólogo portenho é um dos divulgadores de Heidegger, na Argentina. Publicou dois ótimos ensaios: «Idealismo fenomenológico y metafísica existencial» — B. A. — 1936 e «El Juego Existencial» — B. A. — 1933.

No primeiro, destaca-se o cap. V «Momentos de la metafísica Existencial» onde o autor afirma que «el fenómeno del tiempo, interpretado en su auténtica realidad, tiene su raíz, en el problema central de toda Ontología».

No segundo, «El juego Existencial», o existencialismo é estudado em todos os seus aspectos ateístas e teístas, merecendo relevo o cap. IV, da Primeira Parte, sobre «Kierkegaard e o Existencialismo religioso».

Em outro ensaio, «El Juego Metafísico», B. A. 1942, dedica um cap. a Heidegger, sob o título «De Kierkegaard a Heidegger» (p. 93). O que torna Carlos Astrade menos acessível é o seu estilo muito denso e compacto, certamente, contaminado pelo estilo dos filósofos tedescos.

A livraria Losada, que tantas preciosidades tem publicado, lançou, ainda, os «Estudios Existenciales» de Homero Gugliemini.

A monografia de Carlos Alberto em «Diálogo Existencial», merece apenas referência.

Em alemão, há o ensaio de F. Muth, «Edmund Husserl und Martin

Heidegger» — Munich — 1932 — onde se estudo a influência de fenomenologia sobre Heidegger.

Alois Fischer tem um ensaio que muito embora não seja superior ao de De Waechlens, contudo não lhe fica muito atrás: «Die Existenzial — Philosophie ell. Heideggers — Lipia — 1935. Para Alois Fischer não há diferença, nem oposição entre Fenomenologia e Existencialismo. Chega mesmo a escrever que: «Fenomenologia após ser esgotada transforma-se em Existencialismo» (pgs. 101-106 — op. cit.) E esta é uma das teses centrais do seu livro.

Sobre o existencialismo e, em particular, sobre o existencialismo teísta, veja-se o trabalho de G. Marcel, na «Nouvelle Revue Thomiste» — Março-Abril — 1946, pág. 170 e sgts. Ainda no mesmo número sobre a incompatibilidade do existencialismo com o cristianismo, o artigo de Trois fontaines — «Existentialisme et pensée Chrétienne».

Sem outro mérito que o de divulgação, aponto o artigo de H. Diaz Casanueva, rotulado «Sobre la Filosofia de Martin Heidegger» publicado à pág. 115 da Revista Nacional de Cultura, de Venezuela, n. 19 — 1940 — ano II.

O n. 7-8, Janeiro-Agosto de 1947 de «Estudios», revista quadrimestral dos padres da Ordem das Mercês, sediada em Madrid, tem dois excelentes trabalhos: «Existencialismos y Actitudes de Contrastes», pelo pe. Joaquim Maria Alonso, pág. 77 e em torno do «Sein und Zeit» pelo frei Martin Ortuga.

A coleção francesa «Que sais - je?» lançou uma história do Existencialismo, também a título de divulgação. Trata-se do «L' Existentialisme» de Paul Fonqué Presses Universitaires de France, 1948 Esquematizada a filosofia em **essencialista** e **existencialista**, passa o autor a estudá-las separadamente. Até o sec. XIX, houve o primado da filosofia essencialista. Esta, segundo Foulqué, apresenta-se em três aspectos: o essencialismo teológico, o essencialismo conceitualista e o essencialismo fenomenológico.

Depois estuda o existencialismo teísta e ateísta, demorando-se em Sartre, Marcel e Kierkegaard, terminando por uma exposição da doutrina de Louis Louvelle ou seja, o essencialismo existencialista.

Foulqué, entretanto, só de passagem fala em Heidegger, Jaspers e Dilthey tornando-se, assim, sua obra, incompleta.

Paul Foulqué diz apenas uma verdade, uma grande verdade:

«Mais ces ouvrages (referindo-se a Heidegger) dépassent en difficulté ceux de la scolastique décadente qui spéculait parfois sur des pointes d'épingle. Aussi est-on vite rebuté. Nous en sommes persuadé: il suffirait des doigts de la main pour compter ceux qui con eu la patience de lire ligne à ligne...»



ALMAS CANDIDAS

VANILDO BEZERRA CAVALCANTI

A sala estava relativamente calma e bem cheia de sol. A zuada maior vinha dos outros compartimentos do Grupo.

Luci levantou a cabeça para olhar seus alunos, enquanto repousava o bordado ao colo.

Aquelas duas dezenas de cabecinhas, quasi tôdas reclinadas sôbre o trabalho do dia, com a atenção voltada para o que fazer, deliciavam-lhe os olhos, enchia-lhe o coração de alegria, amenizando o mal estar que desde o amanhecer se sentira possuída. O seu instinto maternal despertava com mais viço naquelas horas e tinha vontade de erguer-se e sair beijando-as, acariciando-as, agradecendo o grande prazer que elas lhe proporcionavam vê-las assim.

Na janela o galho de «flamboyant», todo cheio de flores, todo colorido de vermelho, balançado pela brisa parece aprovar êsse seu desejo. Uma borbuleta marron salpicada de manchas brancas e amarelas passou voando pela grande janela do fundo da sala. Era um enorme. Enildes ao lado de Luci espera mais uma explicação. A professora faz três pontos cruzados para a aluna ver e entrega o bordado dizendo:

— Agora veja se faz. Pode ir.

Enildes toma o trabalho e volta ao seu lugar. A mestra olha mais uma vez a sala e torna ao bordado. A bela chinesa de sua toalha de chá vai aos poucos se colorindo numa linda combinação de amarelo ouro com negro e vermelho. A sua mão ligeira manobra a agulha rapidamen-

te e ela gosta daquilo. De repente um «AI» extemporâneo e tôda classe ri. Luci surpresa tira a vista do trabalho mas compreende tudo e brada com energia:

— Silêncio! Que foi Ernestina?

A menina ainda assustada não responde logo. Luci sentia-se ruborizada. Não podia conter aquele começo de raiva e falou com mais energia ainda:

— O que foi isso menina?

— Nada não, senhora. A voz da criança sai com dificuldade.

— Então você vive agora a gritar aqui na classe sem que haja motivo para isso?

Luci estava surpresa. Ernestina era uma das meninas mais bem comportadas do Grupo, incapaz de fazer a menor peraltice que fôsse. Aquelê «ai» estourara nos seus ouvidos como uma bomba que explodisse ali na sala, principalmente porquê fôra Ernestina quem dissera.

Os meninos até então calmos entraram em algazarra. A professora indagou severa:

— Não responde? — E ameaçou:

— Olhe que por você ser bem comportada, não pense que deixa de ser castigada, ouviu!

Ernestina não podia responder. Luci estava tão ríspida para ela por causa daquela tolice que a pobresinha sentia um bolo na garganta, uma vontade medonha de chorar. Só quando as lágrimas começaram a correr-lhe rosto abaixo foi que ela falou.

— Não foi nada, não, dona Luci.

Foi que eu espetei a agulha no meu dedo. Passou então a soluçar alto.

A mestra sentia-se mal. Parecia que fora ela a malvada agulha. Prescrutou a classe. Izaquiel lá no fundo, no seu lugar favorito, ria mangando. «Aquele menino é um caso perdido», pensou. Nem o sofrimento da coleguinha fazia-o ficar bem comportado, como ficara a maioria da classe, pelo contrário. Como para amenizar a sua falta em ter sido ríspida, ela consolou:

— Está bem, Ernestina. Acabou-se. Comporte-se Izaquiel se não vai já de pé.

O aluno engoliu o riso a força e mobilizou-se interessado na gravura que estava colorindo.

A sala agora voltava a uma calma relativa pois até Ernestina procurava sufocar os soluços. Luci envolveu os meninos num olhar carinhoso. Ela nesses momentos sentia-se como que mãe da gurizada toda. Conhecia-lhes as manhas, os defeitos e as bondades. Distinguia a voz de qualquer um e gostava de todos. Até Izaquiel que lhe dera tantas dores de cabeça, possuía um lugar igual aos outros no seu coração.

Quando deixou a Escola Normal com seu diploma, ainda cheia das sentenças do paraninfo da turma concludente, julgara que a nova vida seria difícil de viver. Teve medo do tabu que lhe apresentaram com o pomposo nome de «responsabilidade». Matutara bastante no que faria com uma turma de meninos sob sua guarda, sob sua «responsabilidade». Se fossem mal comportados, provocando-lhe constantemente raiva e aborrecimento? Se não soubessem correspondê-la, que fazer?

Depois viera a realidade. Conseguira aquela cadeira no Grupo, vira chegar um a um os pedacinhos de gente que havia de educar que iam ficar sob sua «responsabilidade». A princípio persistiram as interrogações: Eles me compreenderão? Estarei apta a educá-los como merecem? No entanto os pequenos começaram a compreendê-la, e uma espécie de grande amor, de um amor maternal nasceu no seu espírito e no fim do primeiro mês era a mais

querida professora da escola. O amor crescera.

Hoje sente-se obrigada a viver esta vida cheia de beleza para o seu sentimentalismo feminino. O tabu desapareceu para dar lugar a um instintivo amor materno, sim porque ela é bem naquela sala a mãe desses meninos que lhe aparecem as oito horas da manhã para se afastarem ao meio dia. Mãe quatro horas apenas.

A agulha enfiada no bordado está paralizada. Luci enternou-se nos seus pensamentos. Parece que a sala de antes não existe, que Izaquiel não está ali bolindo com Edmundo; que Zequinha não está riscando a mesa; que Luciola não é capaz de se cortar com a gilete, lá na janela onde faz a ponta do lápis. Precisou que a voz de Antônio viesse trazê-la a realidade:

— Vou fóra dona Luci.

— Ein? Não compreendeu bem o pedido. Só quando Antônio repetiu foi que automaticamente, quase sem refletir, consentiu:

— Vá.

Antônio retirou-se e ela agora nota que um murmúrio envolve o ambiente e a gurizada toda conversa. Bastara aquele descuido de vigilância para surgir a expansão dos gênios inquietos e cerceados mais ou menos pelo olhar e atenção da mestra. Izaquiel e Edmundo brigavam sentados como estavam.

— Que é isso meninos? Izaquiel!!!

— Senhora? respondeu o menino comportando-se.

— Venha já para aqui de pé.

Izaquiel levantou-se e foi. Ele faz isto quase todos os dias.

— E você, Edmundo, também.

— Mas dona Luci, foi Izaquiel que riscou minha blusa nova, retrucou o menino desculpando-se.

— Venha também, já disse!

Edmundo com o rosto fechado, obedecendo a custo, veio para perto da banca da mestra, no lado oposto onde estava Izaquiel. Este ria em ver a fisionomia de choro do Edmundo, gozava com a cara preta e enfarruscada do companheiro.

Luci olhou para o menino e teve vontade de rir também. A figurinha raquítica de cabecinha bem loura ti-

nha qualquer coisa de engraçada. No entanto aquele cinismo grande demais para sua idade, parecia mentira, parecia o cinismo de um palhaço ou mais ainda. Ela notou que o seu aluno possuía qualquer coisa de semelhança a um velho de Pastoril que conhecera ao passar umas férias no interior. Izaquiel era assim mesmo.

— Comporte-se menino!

O resto da sala estava agora em silêncio. Somente Florípedes, a irmã de Edmundo, chorava lá no canto. Luci chamou:

— Vem cá, Florípedes! — A menina levantou-se e veio para junto dela. — Porque você está chorando? indagou.

— É porque eu gosto da senhora. respondeu a preteinha continuando a soluçar agora mais forte e escondendo a cabecinha no colo da mestra. Luci procurando consolá-la, retrucou:

— E por isto você está chorando? Não entendo.

— É que, explicou a aluna, eu estou vendo que a senhora tá ficando ruim.

— Ficando ruim? Que história é esta menina?

— É, é que Dimundo não fez nada de mais e a senhora botou êle de castigo. — A menina mal podia falar impedida pelos soluços.

— Não fez nada de mais? Então estar brigando na sala não é nada de mais, Florípedes?

— Mas êle brigou porque Izaquié riscou a roupa dêle e mãe disse qui dava nele se êle sujasse a blusa nova e êle agora vai apanhá por causa de Izaquié.

Luci ficou calada. A dor da negrinha era sincera. A carapinha de Florípedes cheirava a óleo barato. Luci sentia o compasso dos soluços da aluna em suas coixas e julgou-se injusta. A mãe de Edmundo ia cas-

tigá-lo por causa de Izaquiel que trajava sempre blusas novas e limpas e que as sujava sem receber castigo. O mal estar que sentira logo ao amanhecer, a irritabilidade que vinha possuindo desde o levantar e que muito fizera para dominar-se, agora com o incidente surgia-lhe mais forte. Uma vontade diferente de fazer algo, de gritar, de chorar, sim de chorar, era bem forte. Olhou Izaquiel e êle ficou sério. Olhou para Edmundo e o menino ficou confuso baixando a cabeça. Seu rosto com certeza estava diferente. Bastára um simples olhar para amedrontar Izaquiel? Depois sentiu dois fios mornos descendo pelas faces. Escondeu o rosto para os meninos não lhe verem chorando. Aquelle sentimento de justiça, aqueles soluços de Florípedes, o cinismo de Izaquiel, boliram-lhe com os nervos. Queria parar mais não podia, as lágrimas corriam-lhe no rosto continuamente. Era bem aquele mal estar, aquella indisposição do amanhecer que parecia querer escapar-se pelos olhos, ser lavado em lágrimas.

Luci agora fazia um grande esforço para se conter, procurando controlar-se quando sentiu uma mãozinha pousar-lhe na cabeça e uma voz diferente, uma voz triste que ela ainda não conhecia, indagar:

— Que é isso dona Luci? A senhora está feito Florípedes? Não chore não que eu não brigo mais e vou ficar quetinho. O que a senhora quizer eu faço.

A mãozinha continuava alizando a sua cabeça. Luci com aquela carícia chorava mais ainda. Procurou ver quem a consolava. Seus olhos embaçados pelas lágrimas divisaram a cabecinha loura de Izaquiel. Era o peralta que também chorando ainda dizia:

— Olhe, eu vou pedir desculpas a Edmundo...

UM BOM HOMEM À PORTA DO INFERNO

DORANY SAMPAIO

— Então, o que há de novo «seu» Rafael?

— Nada. A greve já terminou e não tem nenhuma outra em preparo.

— Ah! Sempre esta história de greves... Cada um quer ganhar mais e deixar o menos possível para os outros. Mas com greves não se resolve nada. Todos perdem.

— Pode ser, minha senhora. Mas é que muita gente fica mesmo doida. E dizem que a fome dá mesmo uma espécie de loucura.

— Fome? O snr. acredita que há alguém passando fome?

— Acredito, porque eu mesmo não estou muito longe disto. A gente vai se acostumando devagarinho, mas, afinal, acaba sentindo uma tremura nas pernas e um embaciamento nos olhos que pensa que vem da raiva...

— Mas se falta uma coisa, porque não arranjam outra? Os médicos aconselham as frutas e verduras, e as maçãs estão até baixando de preço...

«Seu» Rafael murmurou qualquer coisa de Maria Antonieta, pão e bolos, mas dona Arlinda não ouviu, porque Conceição que estivera sentada quieta até então, dera um pedacinho de qualquer coisa ao papagaio que disse como agradecendo:

Uma história!

— Uma história, sim, uma história, repetiu «seu» Rafael. É o me-

lhor aqui. Conceição balançou a cabeça como quem não tem jeito a dar. Dona Arlinda ficou parada, dura, tesa, sem saber o que fizesse.

«Foram diversos conhecidos meus, depois de reprovados no céu, bater diretos na porta do inferno. Era um portão largo donde saíam chamadas. Em cima está escrito: «Entrada». Iam entrando assim, sem mais nem menos, quando um diabo os fez parar: Então, que negócio é este? Para a fila, não estão vendo? Depois, mais calmo, explicou: É gente da Europa na maior parte.

— Mas sempre ouvi dizer que a entrada era fácil, arriscou um dos nossos.

— Era, respondeu o diabo. Agora tem gente de mais. É preciso selecionar. Muita gente vem, mas não é propriamente daqui, não é para negócios permanentes e não nos serve. Depois o diabo alteou a voz e reclamou: Então, não há ninguém aí para lugar mais profundo? Lembrem-se que eu não posso fazer tempo extraordinário de serviço, se não terei barulho com meu sindicato. Não há nenhum assassino por aí?

— Sim, apresentou-se um rapaz, matei minha noiva que não esperou por mim quando estava no «front»...

— É, mas o snr. caiu na tolice de chorar terrivelmente depois. Não pensou bem quando agia e acabou desmanchando o que fez. Sua noiva

é que está aqui. Dê o fora! Outro, vamos! Talvez alguma mulher...

— Eu, apresentou-se uma muito magra e amarela, eu roubei... ..

— Qual roubou, qual nada, gritou-lhe o diabo. A sra. tomou o que era seu, o que tinha ganho cosendo camisas a 2 cruzeiros cada. Pode ir, pela escada à direita. Seu patrão é que devia se apresentar.

— Estou aqui, disse uma vizinha fraca, eu pagava o salário mínimo, mas vendia... bem, quanto quer para me deixar entrar logo de uma vez?

— Câmbio negro, não é? Mas para que? Na evacuação dos territórios, o snr. acabou dando tudo para alimentar e vestir uns idiotas que iam morrer de qualquer forma.

Não pode entrar. Veja lá se acha outro canto.

— Não há ninguém com um vício à moda antiga? chamou o diabo.

— Pois não, eu, adiantou-se um belo tipo de homem de bastos cabelos negros e bigodinho aparado: Fui Don Juan incontentável; desde a idade de 14 anos...

— Psiu! exortou-lhe o diabo, há senhoras aqui. Mas veja, das 50 pessoas com que se tornou culpado, 49 rezaram pelo snr. pois diziam que tinha sido o único amor na vida. E a quinquagésima, sua legítima mulher, não mais o queria ver, é verdade, mas sacrificou a vida pelo snr. e arranjou aquela confissão na última hora. Não pode entrar. Por favor, suba.

— Mas vamos, não há ninguém com coisa pesada mesmo? O snr. aí, que é que fez?

E o diabo realmente possesso,

aponta um tipo simpático, um pouco pálido, mas realmente mediano em tudo.

— Eu não fiz nada.

— Não me diga, disse o diabo zombeteiro. Todo mundo faz ou fez alguma coisa.

— Não, eu realmente não fiz nada. Estou aqui com certeza por engano. Pensei que a fila fôsse para comprar cigarros. Porque apesar de todas as tentações, eu não fiz mesmo nada. Eu vi explorarem os homens até caírem inanes pelas ruas; vi pisarem suas faces até reduzi-las a papa; vi mulheres perseguidas correndo cheias de filhos agarrados nas saias; vi meninos arrebanhados marcharem para campos de concentração e meninas violentadas diante das portas. Mas eu nunca fiz nada não.

— Nunca fez nada?

— Não.

— E o snr. tem certeza que viu tudo isto mesmo?

— Como o estou vendo agora.

— Pois então entre. O lugar é seu.

O homem fez uma cara admirada, mas foi entrando. E, no portão, o diabo afastou-se para o lado para evitar qualquer «contacto».

— Mas, porque tio Rafael conta estas histórias tão esquisitas, meu Deus?! fez Coicenção.

— Não ligue isto, disse Dona Arlinda. Seu tio gosta de inventar estas coisas e fala muito no demônio, mas ele é bom...

— Ora, Conceição, disse «seu» Rafael rindo, você bem sabe que não posso negar nada ao papagaio...



ELETROCUTEMOS O SONHO

a CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Guerra de HOLLANDA

O sonho não é!

Eletrocutemos o sonho, Maria,

antes que ele nos torne irreal

Para que o sonho, se existe a vida?

Para que as mulheres do sabonete Araxá, se existe a lavadeira?

O sonho não é! Nunca se torna matéria plástica

para os nossos sentidos

O seio não teria forma se a nossa mão não pudesse surpreendê-lo

Somos concretos, Maria, tirados do limo da terra

e o sonho é uma abstração que doe,

*que passa pela memória adormecida, acorda o desejo nas trevas do ser
e foge. Maria, foge, deixando no corpo a ferida aberta.*

O sonho é inimigo do corpo, Maria,

traj, sobretudo as nossas mãos

que ficam inutilmente como um pêndulo abandonado.

Eletrocutemos o sonho, ciclista, reverendo, granfina, donzela!

Por influência do sonho, o vinho perde o seu sabor,

o mar, as suas ondas e os seus peixes;

o cotidiano transforma-se em angústia;

os elementos de prazer abandonam suas dimensões.

O sonho expande as fronteiras do possível;

sugere mulheres que o mar não banha,

Bailarinas com ventres de pássaro, desfolhados somente por azas de anjos

O sonho, Maria, despreza a caderneta de identidade,
o mapa de teu mundo e também da carne de tuas companheiras,
a geografia dos múltiplos aspectos do corpo,
com as dimensões exatas, seus contornos e suas cores

Eletrocutemos o sonho, Maria!

O sonho é o antônimo dos mares e dos golfos

E por êle seria impossível um mergulho no canal de Moçambique.

Onde passaste a tua noite de núpcias

O sonho, Maria é a negação do ar e da luz,
do filho e da noiva.

Eletrocutemos o sonho, Maria, nesta manhã de verão
e vamos a Olinda receber sol e sal
e conhecer os mistérios profundos da nossa carne!

Recife, março de 1949.



NOVE POEMAS

DUARTE NETO

CONVITE A POESIA

*Reune todos os teus sentidos;
Tudo o que convem a êste momento, ...
E fixa-os bem no que te for oferecido.
Antes porém é necessário que saibas:
Êste momento é único,
E no minuto seguinte
As cores surgirão mais indecisas.
Dai por diante te restará apenas memória.*

S I N T E S E

Na ilha do teu mundo imaginário

Encontrarás as maravilhas que conheces

E as que ignoras

Tempestades não te causarão receios

Pois serás forte

Sábio

Audacioso

Longe do mundo que te consumia

E falarás com a desejada virgem

Que nos sonhos em vão procuras

Viverás profundamente as ilusões de agora

E a vida sorrirá como na eternidade

A N T I G O

*Silenciosamente eu vos espero
Sombras efêmeras,
Sombras agônicas, sombras vadias,
Sombras que libertaram do mundo e hoje riem de minha inquietude*

*Silenciosamente eu vos espero
Faces transfiguradas,
Faces sonolentas, faces intranquilas,
Fantasmas errantes de passadas mulheres*

*Silenciosamente eu vos espero
Seres futuros,
Crianças que ides nascer
Herois, poltrões ou vagabundos*

*Seres agônicos, puros, inocentes,
Seres ignorados, seres injustiçados,
Silenciosamente eu vos espero para a redenção.*

*Eu vos abraçarei a todos,
Eu que sou parte de todos vós.*

V E N T O

Houve um tempo em que eu dizia:

Desejo uma alcova sombria,

Soturna, obscura, solitária e fria.

Mas veio um vento não sei de onde,

Um ciclone de fantasmas fugidios

Do outro lado do pensamento.

Chamava-me a passear nas estradas solitárias

Em direção aos vastos castelos de ouro.

Abriu-me as azas do desejo.

Trouxe-me idéias de conquista.

Em vão em procurei deter os movimentos

O vento afastou dos pensamentos

A doce alcova sombria.

4TRAÇÃO DO MAR

Prisioneiro dos tumultos!

Não vês a solidão

Naquele braco a vela?

Ele é livre.

O oceano sem fronteir

Foi feito p'ra ele navegar

As brancas praias longinquas

São mundos desconhecidos

Que não tentam o marinheiro

Solitário do mar.

Escravo dos tumultos!

Segue com marinheiro

Vai com ele navegar.

Tocarás o horizonte

Que numa praia distante

Com os dedos hirtos, aflitos,

Em vão tentas tocar

ATRAÇÃO DO MAR

*Gotejam chuvas sobre os floridos campos, soluçam os campos fecundados
[de orvalho,*

E eu sinto no ar um suave cheiro de maresia;

Um imperioso e convidativo cheiro de maresia

Anunciando que no porto existe um navio ancorado

Eu olho então pela última vez os campos fecundados de orvalho,

A casa onde nasci, as árvores que me emprestaram sombra,

Meus livros, também impregnados do cheiro de maresia

*Vejo a mãesinha triste e sinto que em sua alma vive um profundo
[desgosto,*

A mãesinha não conhece o cheiro de maresia

*O navio parte deixando os floridos campos e as árvores que me em-
[prestaram sombra,*

Deixa também a namorada lacrimosa

Que também não sabe o que é o cheiro de maresia

E' um mistério este cheiro e nos leva à rumos ignorados,

Dai então não se sabe o que vai acontecer,

Apenas eu pressinto que jamais me abandonará o cheiro de maresia

BILHETE À GERBAULT

*Tu, que seguro e tranquilo
Rumaste em noites eternas
Para mundos que te eram estranhos;*

*Que na solidão fizeste eco à voz das águas
Pensaste com elas,
Adocceste com elas,
Tua confidente e enfermeira em noites de insônia;*

*Que ouviste falar a noite e as estrêlas
No silêncio salgado que te enchia os ouvidos;*

*Que sentiste a beleza das cousas simples,
E por isso amaste o teu barco,
As ilhas,
E as nativas puras e sensuais;*

*Tu, que foste senhor e escravo das águas,
Não ouviste o meu canto de libertação,
E eu permaneci nas praias frias,
A olhar fixamente os barcos que passavam*

POEMA N.º 5

Fugir das vozes!

Ah! Fugir das vozes!

— Misero títere

Como fugir?

Das vozes da ribalta;

Dispersar as brumas

Seguir pelas estradas

— Frio, impassível, —

Se existem outras vozes,

Pois em todas encontrando

O mesmo fel,

A mesma origem,

Esta cantiga

Que nos leva para a morte

PRIMEIRO SONETO PARA REJANE

*Sorriu-me o sonho, em névoas despertando,
E em noite azul de arágem fresca e pura,
Foi descansar no mar, triste, vagando,
Fragmentos de possível desventura*

*Soprava o vento em sombras se espalhando,
E sobre o mar, surgindo em casta alvura,
Um corpo leve, desmanchado, brando,
Vestia em madrugada a noite escura*

*Era Rejane que do espaço, ardente,
Pousava sobre as ondas suavemente,
Seu perfil que, distante, me surgia*

*E vendo o rosto que na luz vagara,
Ausente anseio o sonho desposara
No corpo, junto ao mar, que adormecia*

OS PREGOEIROS ENTERRADOS

JOSÉ LAURENIO DE MELO

Os pregoeiros chegaram solenes,
aproximaram-se dos adolescentes
e disseram todos em falsete:
— Embalemos as virgens apodrecidas.
Com nossos cantos embalemos.
Os adolescentes se entusiasmaram
e passaram a usar as vozes dos pregoeiros.
Não sentiram que as suas palavras
já não tinham hálito de vida,
pois eram o próprio hálito de aceitação da morte.

Ó adolescentes,
porque vos entregastes aos pregoeiros?
Não vistes que eles eram mortos
e vos infundiram os medos que eram somente deles?
Não vistes que de há muito eles se foram
e nas casas por onde passaram
hatilam todas as mentiras?
Não quizestes ver, eu sei.
Eis que sois todos definitivamente mortos.

Do meu canto de libertação
vós sereis excluídos.
Ó adolescentes mortos!
Por muito tempo vos julgastes
inepugnáveis das muralhas do meu sangue.
Afugenta-vos hoje
a construção de um ritmo novo,
povoado de fogo,
feito mesmo à imagem e semelhança do fogo,
forte e verdadeiro como a vida.

Recife, XI, 1948.

75C.

TRENO PARA CASIMIRO DIAZ

Fernando Ferreira de Loanda

*Morreu um toureiro
em Espanha,
na Praça de Touros
maligna,
onde tantos sucumbiram
em toalhas de sangue*

*Num campo de Córdoba
o maior toureiro
de toda a Espanha,
pelas costas ferido,
morreu sorrindo
como bom toureiro*

*Fazia batota nas cartas
fazia dançar a navalha,
a bandeirilha enristava
com garbo e altivês
de maior toureiro
de Espanha*

*E quando Belita, do seio
uma flor lhe atirou,
gemeram as guitarras,
que aquela era a corrida
do mais feroz touro
de Espanha*

POEMA

ELVIA LORDELLO

*O meu coração inútil
Descansa do amor em vão
Que te dei e não quiseste
entre um beijo e um olhar.*

*Entre um beijo e um olhar
Que era tudo quanto eu tinha
Para dar-te, amor em vão
— Sonho bom que não se fez.*

*— Sonho bom que não se fez...
Parada estou no caminho
Com minha dor e meu sorriso
— Tudo o que a vida me deu.*

*— Tudo o que a vida me deu...
Uma dor que não dá gosto
Um sorriso sem alegria
O amor que se perdeu.*

*O amor que se perdeu
O meu coração inútil
Descansa do amor em vão*

POEMA DA MULHER PERFEITA

OLIVEIROS LITRENTO

*Aquela a quem os deuses chamaram
Não quiz atender ao chamado dos deuses.*

*Aquela a quem os homem pedira
Não quiz atender ao pedido dos homens.*

*Aquela para quem tudo foi perfeito
Não quiz mostrar a perfeição das suas formas.*

*Aquela para quem convergiram todos os olhares
E faria pulsar o coração das cousas mortas
Não se despiu.*

*O mistério era a nebulosa do seu sexo
E a noite a sua única veste.*

Por isso ela apareceu trajada de noite.

*Os homens tiveram delírios noturnos
Os deuses sonharam com as mais absurdas bacanais*

*E ela passou silenciosamente entre todos
E ninguém a viu.*

POEMA

GERALDO VALENÇA

*O nauta que me aguarda na galera
Parte sozinho, olhando o cais vazio!
O amigo que me aguarda sente frio,
Se vai, também, e nunca mais me espera!*

*E vai-se a vida, presa por um fio,
E vão-se o outono ardente e a primavera!
A amada que me aguarda joga ao rio
O quatrifólio trevo que lhe dera!*

*E eu quiz partir no barco, ó desconforto,
Quiz ver o amigo, quiz beijar a amada,
Não ví ninguém, chegando noite ao porto!*

*E, agora, a sombra cresce em meu caminho!
Onde a taverna desta madrugada?
— O' taverneiro, sabes de outro vinho?*

MÃE DA LUA

Peça para bonecos em 3 quadros e 1 prólogo.

JOSÉ DE MORAIS PINHO

(MUSICA DE CAPIBA)

A

ALUISIO, TEREZA e PITA

(Os maiores titereteiros do mundo!)

PROLOGO

No meio da mata, numa noite de lua, dois irmãos vão caçar. São muito jovens ainda, o mais velho poderá ter quinze anos. Ambos trazem bernal e espingarda a tiracolo. Quando o pano abre, o primeiro a surgir em cena é o mais velho. Vem olhando para todos lados, como se estivesse procurando descobrir alguma coisa. Ao atingir o meio da cena, aparece o outro irmão que vai logo falando em tom de súplica.

SEGUNDO IRMÃO — Espera aí, meu irmão!...
PRIMEIRO IRMÃO — Tu não devias ter vindo! Andar na mata de noite não é prá menino, não!

SEGUNDO IRMÃO (Medroso) — Tou sentindo uns arrepios...

PRIMEIRO IRMÃO — E' o vento, moleza!

SEGUNDO IRMÃO — O vento... (Aproxima-se do outro) O vento entra no corpo da gente?... Esfria a carne e chocalha os ossos, anh?...

PRIMEIRO IRMÃO — Deixa de invenção!...

SEGUNDO IRMÃO — E o queixo?... E as pernas?... (Tremendo) Vamos voltar, meu bom irmão!... Você 'tá vendo? Não há sinal de cotia! Nem mesmo de tejú-açú, de tatú peba...

PRIMEIRO IRMÃO — Besteira! Agora que nós entramos na mata e já 'tás falando em voltar!...

SEGUNDO IRMÃO — Agora, não. Já se passou tanto tempo!...

PRIMEIRO IRMÃO — Maluquice tua. A lua agora que chegou no meio do céu.

SEGUNDO IRMÃO — A lua... A lua... (Olhando para o alto, como se procurasse a lua) — Não acha que ela hoje 'tá diferente? (Pausa. Olha novamente, enquanto o irmão foi de uma lateral a outra, procurando uma caça — Escura...

PRIMEIRO IRMÃO — (Com irritação na voz) — E' a mata, lezeira! Já te esqueceste de que 'tamos no meio da mata?!...

SEGUNDO IRMÃO — Não. Não me esqueci, não. Meu corpo todo 'tá lembrado...

PRIMEIRO IRMÃO — Então, pára com essa lenga-lenga de gente medrosa!

SEGUNDO IRMÃO — Não tem jeito não, meu bom irmão! Eu quero me fazer de forte, mas nada adianta... Olhe, você 'tá lembrado de que amanhã nós vamos levar os bichos prá solta, bem cedinho?

PRIMEIRO IRMÃO — 'Tou! 'Tou!... Mas só saio do mato quando matar uma caça!...

SEGUNDO IRMÃO — Vai ser difícil!

PRIMEIRO IRMÃO — Custe o que custar Só me arredo daqui quando levar um bicho no bisaco!

SEGUNDO IRMÃO — Qualquer bicho serve?

PRIMEIRO IRMÃO — Qualquer um!

SEGUNDO IRMÃO — Até mesmo um bacuráu?

PRIMEIRO IRMÃO — (Com raiva) — Até mesmo a Mãe da Lua!!...

SEGUNDO IRMÃO — (Gritando de medo) Mãe da Lua!! Ai, meu irmão não diga isto!!... (Antes de o segundo irmão terminar a fala, ouvem-se gritos de Mãe da Lua por todos os lados. Parece que a mata toda está chamando Mãe da Lua. E no meio dessa gritaria, ouvem-se gargalhadas estridentes. Os dois irmãos se abraçam, tremendo de medo e somente quando o barulho das vozes estranhas vai silenciando, é que os dois se soltam. O segundo fala gaguejando — M-e-u... i-r-m-ã-o... e... agora?...

PRIMEIRO IRMÃO (Aproximando-se vagarosamente de uma das laterais) Agora... Perna prá que te quero?!... (Sai veloz)

SEGUNDO IRMÃO — (Berrando de medo) Ai, meu irmão!!... Espera aí!!... Sai rápido, debaixo de novos gritos e novas gargalhadas)
(Surge o Côro das Árvores. São três árvores gigantescas que sabem cantar. Quando elas aparecem, tudo fica silencioso. Então elas cantam).

CÔRO DAS ÁRVORES

Nas noites de lua
por aqui aparece
um riso estranho
de malassombrado...

Quem é ?
Quem é ?
Quem é ?...

É Mãe da Lua ! (Bis
É Mãe da Lua !

Alma doutro mundo
na terra ficou
atrás do marido
que um dia arribou...

Quando o marido descobriu
como ela era de verdade,
sem nada no rosto,
sem véu, sem capela,
perdeu o juízo
e saiu a gritar...

Gritar !
Gritar !
Gritar !...

Êh Mãe da Lua ! (BIS
Êh Mãe da Lua !...

(O pano fecha, à medida que o Côro das Árvores vai desaparecendo com a chegada da luz do dia)

PRIMEIRO QUADRO

A mata agora está clara com a luz do dia. De uma das laterais surge JOÃO, trazendo um cabaço a tiracolo e cantarolando:

"Páu pereira, páu pereira,
páu da minha opinião
Todo paulo fulora e cai
Só o páu pereira, não"...

No meio do palco bate nos troncos das árvores do cenário, encostando o ouvido em cada um deles. Depois vem falar mais para frente.

JOÃO — E' por aqui mesmo. Pelo zumbido já sei que é uruçú verdadeira. Ah, sinhá Abelha! Você trabalha a vida toda, prá eu chegar e, numa hora, carregar todo o seu mel! Acredite que eu não gosto de fazer essa judiação. Mas o que posso fazer? Essa foi a profissão que meu pai ensinou. Por isto não adianta me picar. Um dia, quando você puder mais do que eu, então faça miséria comigo! Se vingue duma vez!... (Pausa) Mesmo, sinhá Abelha, o seu mel vai ser bebido pelo homem mais santo que eu conheço! O padre Nicoláu, o meu bom padrinho. Ele vai ficar bento na bôca do reverendo! Vai ficar bento! (Vai saindo por um das laterais, mechendo com o cabaço e cantarolando o "Páu pereira". Logo que desaparece, ouve-se da outra lateral uma gargalhada estridente, em tom de deboche. JOÃO volta à cena) — Que diacho é isso?!... Quem 'tá mangando de mim por aqui?! (Anda pelo palco, como se procurasse alguém) — Na certa foi algum pássaro gaiato... (Sai, novamente cantarolando. Ouve-se outra gargalhada e ele surge rápido em cena) — Quem é que tanto se ri?!... Apareça que eu quero ver!!... (Pausa) — Tenho mel de pau gostoso de lamber os beiços. Venha que eu dou!... Venha que eu dou!!... (Pausa) E' homem que 'tá se rindo?!... (Pausa. Nestas pausas ele aguarda uma resposta. E como esta não vem, torna a falar) — Ou mulher?!... (Falando para si) — A risada só parece de mulher. (Alto) — E' mulher?!... (Outra gargalhada. JOÃO avança para a lateral e, no mesmo instante em que entra, sai rápido, de costas, falando espantado) — Santa Mãe!!...

MÃE DA LUA aparece em cena. Vem vestida de noiva e traz o rosto escondido atrás de um pano. Logo que entra, começa a passeiar pelo palco toda cheia de requebres, como as rainhas de beleza da terra do Tio Sam. Vez por outra, dá uma risadinha e passa bem perto de JOÃO que, naturalmente, está intrigado com tão exótica creatura)

JOÃO — (Fazendo fôrça para falar) Quem... é você?... (MÃE DA LUA cerca-o com faceirice, rindo baixinho, de um modo encantador, que só as mulheres sabem fazer) — Me diga o seu nome!... (JOÃO agora já perdeu o entalo da guela e aumentou a curiosidade) — Eu me chamo João e você?... Não tem nome não? (Ela nega com a cabeça, sempre com um riso baixo) — Então, não faz mal, minha lua! (Ela avança para ele e cochicha aos seus ouvidos) — Anh?!... Fale mais alto! (Ela cochicha novamente) — Sim, sim. Entendi. Você gostou desse nome, não foi? (Ela afirma com a cabeça) 'Tá certo. De hoje por diante, o seu nome vai ser lua... Venha cá, minha lua. Por que não descobre o rosto? (Ela cochicha) — Sim!... Foi promessa de tua mãe... (Ela novamente cochicha) — Hum... Só pode mostrar o rosto quando te casar... (Ao público) — Que promessa, minha gente!... (A MÃE DA LUA) — E... tua cara é bonita, assim como o teu corpo?... (Ela afirma com a cabeça, corre de um lado

para outro, sempre cheia de faiceirice) — Tira o véu, tira o tampo da cara!... Só um tiquinho... (Ela nega com a cabeça e ri. Avança para êle e fala aos seus ouvidos) — Anh?!... Só se eu me casar contigo?!... (Ao público) Ora, ora, eu já tenho noiva! Mas... ela bem que me enche os olhos!... (A MÃE DA LUA) — E... tu queres mesmo te casar comigo? (Ela afirma com a cabeça e dá gargalhadas sonoras) Então, a gente se casa, viu?... (Ela fica louca de alegria enquanto JOÃO fala ao público) — O que é que 'tou dizendo, minha gente?... A minha cabeça 'tá ôca, igual a esta cabeça sem mel... Sou noivo lá no sertão e agora noivei de novo... (Suspira) Coisas da vida que a gente não sabe explicar... (A MÃE DA LUA) — Vam'bora, minha lua, vamos tratar do casório. (Ela abraça-o e explode uma das suas gargalhadas) — Vam'bora! (JOÃO está esbaforido, sopra como estivesse cansado, e fala, depois, com ânimo) — Vam'bora logo! Vam'bora!... (Sal ligeiro, seguido de MÃE DA LUA que continua com suas gargalhadas loucas).

SEGUNDO QUADRO

JOÃO chega sosinho a um arruado de casas modestas, como são as vilas humildes do nordeste. As casas, todas de biqueiras, são agarradas umas às outras, como se parecessem medrosas de irem ao chão. Apesar de ainda ser dia, não se vê uma pessoa passando pela rua ou saindo de alguma casa.

JOÃO — (Gritando desde que entra em cena) — “Seu” reverendo! “Seu” reverendo! (Suspira) — O coração 'tá num pam-pam medonho. (Alto e batendo em uma das casas) — “Seu” reverendo! Ô “seu” reverendo! Ai, êste meu coração... 'Tou acostumado a subir e descer la-deira, trepar nos páus e tirar mel lá do olho, pular das ribanceiras do Tracunhãem e mergulhar no fundo dos pocos... Mas êle nunca ficou assim, batendo ligeiro, num galope danado! (Batendo na porta do padre) — “Seu” reverendo, meu padrinho, por favor!!...

O PADRE aparece. Fala mansamente e já é bem puchado nos anos)

PADRE — Quem me procura a estas horas?

JOÃO — (Na presença do PADRE estará sempre irrequieto) Sou eu, João, o seu afilhado.

PADRE — Ah, é você, João? O que quer? A sua carta já fiz. Vou buscá-la. (Vai sair)

JOÃO — (Interrompendo-o) — Por favor, meu padrinho! Espere um tiquinho aí... Primeiro me bote a santa benção! (Beija a mão do PADRE)

PADRE — Deus te guie e dê juízo e mel de pau dos melhores!

JOÃO — Mel de pau! Tome êste aqui. E' de uruçú verdadeira!

PADRE — Vai despejar lá dentro. (JOÃO sai) — Teu padrinho gosta muito de mel. Não te esqueça nunca disto: Eu gosto muito de mel...

JOÃO — (Voltando, ainda alvoroçado) Foi o melhor mel que já achei!... E o derradeiro que eu tiro...

PADRE — (Surpreso) — João! O que se passa contigo hoje? Estás tão alvoroçado?!...

JOÃO — (Interrompendo-o) Meu padrinho, espere um pouco... (Com a mão no coração) — Bate menos coração... Me dá tempo prá falar... (AO PADRE) Meu padrinho, eu 'tou doido. Doido, doido de paixão! Tão doido que não me acanho de contar minhas fraquezas... Escute, meu coração tá medonho de veloz. E eu não corri, nem fiz força, apenas me apaixonei...

PADRE — Ora, ora, que novidade! Eu até já fiz a carta ao pai de tua amada!...

JOÃO — Meu padrinho, espere um pouco. Vim lhe pedi dois favores!

PADRE — Vá dizendo! Vá dizendo!!...

JOÃO — O primeiro favor, meu padrinho, é prá Vossa Mercê rasgar a carta...

PADRE — Rasgar a carta? O pedido de casamento?!... Parece-me que tua loucura nada tem a ver com amor...

JOÃO — Pois rasge a carta e se esqueça que seu afilhado já gostou daquela retirante triste que um dia passou por aqui.

PADRE — (Decepcionado) Mocidade sem juízo, mocidade sem juízo... (Suspira) Aquela mocinha triste seria uma boa dona de casa!

JOÃO — Não resta dúvida, padrinho. Mas, nela faltava alguma coisa, que Vossa Mercê nunca notou. Porque Vossa Mercê é santo. Tem santidade nos olhos e santidade no pensar... Ela nunca alvoroçou a batida do meu peito, que até já me faz medo... Ela nunca alvoroçou a minha pobre cabeça, a ponto de olhar atôa, de me rir sem ver de que... Ela, "seu" reverendo, nunca fez nascer em mim uma tal de sêda braba que o Tracunhãem pelas varges não é capaz de matar... (Suspira) Meu padrinho me perdôe... Mas me sinto meio morto, meio vivo, meio doido... Parece que 'tou em terra, parece que 'tou voando. Minhas mãos que eram quentes, 'stão frias que faz dó...

PADRE — (Preocupado) — Tu estás doente, João!

JOÃO — (Continuando sem ter ouvido o PADRE) Desde daquele momento, depois daquelas risadas... Faz tão pouco tempo ainda e já 'tou todo mudado... O mel correu da cabeça por culpa das minhas mãos. Meus olhos se arregalaram, como se fossem saltar. Meu corpo todo tremeu, quando ela despontou na minha frente.

PADRE — (Apavorado) Ela?!...

JOÃO — (Calmo) — Sim. ela. Bonita que nem estampa!...

PADRE — E' alguma mulher, João? Que história é esta?!

JOÃO — E' a minha noiva, a outra!

PADRE — A outra?! Quem é essa outra?!...

JOÃO — A que 'stá me esperando ali, na capoeira...

PADRE — (Aflito) Meu afilhado... Tu estás girando... E' o cansaço. Deves trabalhar menos!

JOÃO — Não é cansaço, é amor! Espere aí, que já volto. Vossa Mercê precisa ver para crer! (Sai rápido)

PADRE — (Ao público) Outra noiva, ouviram?... Que leviano! E a primeira pobresinha pensando nêle, preparando-se para desposá-lo!... (JOÃO aparece trazendo MÃE DA LUA. O PADRE fica espantado com o tipo da segunda noiva do afilhado. Sem querer, recua um pouco e faz um pelo sinal)

JOÃO — (Alegre) Esse é o meu padrinho, minha lua! Daqui a pouco será teu também. (MÃE DA LUA ri baixinho e passeia de um lado para outro, toda cheia de dengues, como se quizesse também atrair o velho padre)

PADRE — (Aparte) Santa Virgem!

JOÃO — (Ao PADRE) Que me diz, "seu" reverendo? Me responda, meu padrinho!

PADRE — E' estranho, João... Já vem de véu e de capela?

JOÃO — Foi assim que encontrei ela. (Feliz) Mais bonita do que a outra, não acha?

PADRE — (Confuso) Não sei, João. Não sei... (Pausa) O rosto dela... O que ela tem no rosto?

JOÃO — Um tampo, meu padrinho.

PADRE — Um tampo?

JOÃO — Foi promessa da mãe dela... Só depois de casada é que pode mostrar a beleza da cara!

PADRE — João... (Pausa) — Qualquer coisa me diz... (Benze-se) Credo em cruz! (Enérgico) — A onde você encontrou esta creatura?

JOÃO — Na mata. No meio da mata...

PADRE — Sosinha?

JOÃO — Sosinha.

PADRE — (Aproximando-se de MÃE DA LUA e falando para JOÃO) Ela é muda, João?... (MÃE ri baixinho)

JOÃO — Fala pouco. Gosta mais de 'tá sorrindo. E é melhor assim. Mulher que fala muito deixa o homem azucrinado!

PADRE — E os pais dela, João?

JOÃO — Não tem ninguém. E' só no mundo, como eu.

PADRE — (Voltando-se para JOÃO) Estás enganado, João. Eu te estimo e nunca me esqueço de ti em minhas orações!

JOÃO — Obrigado, meu padrinho. Vossa Mercê é um santo! (Pausa) Agora, meu bom padrinho, me faça o segundo favor! — Case a gente agora mesmo!...

PADRE — (Espantado) O que estás dizendo, João?

JOÃO — Case a gente aqui mesmo. Só com a sua bênção. Antes que a noite chegue... Quando a lua despontar, nós queremos 'tá se amando!

PADRE — João, você sempre pensou bem, mas agora...

JOÃO — Agora, pensar não adianta. O que regula é o coarção!

PADRE — E' por falta de pensar que muita gente finda mal. Muito mal!

JOÃO — Ora, meu padrinho! Se Vossa Mercê me quer ver feliz, benza a nossa união! (A MÃE DA LUA que ainda não parou um instante na sua exibição) — Ven cá, minha lua! (MÃE DA LUA junta-se a êle, desmanchando-se de alegria) — Vamos, meu padrinho, case a gente! Case a gente!

PADRE — (Enérgico) João! Tu não me faças pecar!... Manda essa creatura embora e depois vamos à igreja!

JOÃO — (Com a voz amargurada) Meu padrinho... Se ela se fôr, sei que vai s'embora a minha vida...

PADRE — E se ela ficar contigo, João... Tu irás acabar mal!...

JOÃO — Que me importa, meu padrinho!

PADRE — Nunca mais descansarás!

JOÃO — Que me importa, meu padrinho!

PADRE — E nem mel acharás, por castigo!

JOÃO — Que me importa, meu padrinho!

PADRE — (Furioso) Nem minha bênção terás mais, seu mal ouvido!

JOÃO — (Com a voz angustiada) Meu padrinho! Meu padrinho!...

PADRE — (Enérgico) Vai! Escolhe já! Ela ou a minha bênção? (JOÃO treme de medo) — Estás entre o céu e o inferno! Decide-te!

JOÃO — Meu padrinho, 'tou suando...

PADRE — Vamos, logo!

JOÃO — E 'tou tremendo também... Vossa Mercê deixa ao menos que eu me despeça dela?...

PADRE — (Satisfeito) Ainda bem, graças! Faz a tua despedida!

JOÃO — (Confuso) Minha lua, você sabe... (MÃE DA LUA ri baixinho e acaricia o rosto de JOÃO) — Minha lua, eu resolvi... (Interrompe. MÃE DA LUA abraça-o chorando) Não chore não, minha lua! Não chore não!...

PADRE — Despacha-te logo, João!

JOÃO — (Falando brandamente) Meu padrinho, ela 'tá chorando! Chôro de mulher amolece o homem... Amolece o pobre, amolece... (Decidido) — Não chore não, minha lua! Eu resolvi te seguir! (MÃE DA LUA transforma o chôro em riso e abraça-o) Aconteça o que acontecer!...

PADRE — (Forte) João! O Inferno! O inferno, João!!... A noite vai chegando aos poucos)

JOÃO — (Arrastando MÃE DA LUA para uma das laterais) — Sim, meu padrinho...

PADRE — (Atrás de JOÃO) O inferno, João! O inferno!...

JOÃO — (Já fóra de cena, gritando, enquanto MÃE DA LUA solta uma longa gargalhada) Inhô sim, meu padrinho! Adeus, meu padrinho!...

PADRE — (Voltando ao meio da cena) Pobre de João! (De longe vem a gargalhada debochada de MÃE DA LUA) Piedade prá alma dêle, Senhor! Piedade!...

(Desce a cortina)

TERCEIRO QUADRO

Já é noite na mata. Surge o Côro das Árvores. Estabelece-se um diálogo entre duas árvores, enquanto a outra fica perto de uma lateral, alheia à conversa das duas.

PRIMEIRA ÁRVORE — A noite quase que não chegava!

SEGUNDA ÁRVORE — A nossa ansiedade fez com que ela demorasse.

PRIMEIRA ÁRVORE — Estava louca que se fizesse logo noite! Os ventos têm soprado constantemente, anunciando um mistério...

SEGUNDA ÁRVORE — Mais um mistério prô reino das matas! Mais uma novidade prá nós...

PRIMEIRA ÁRVORE — Se eu não fosse um malassombrado, certamente já teria morrido de impaciência... Nunca gostei de esperar!... Queria ser assim, como a nossa paciente irmã... (Viram-se para a TERCEIRA ÁRVORE) — Nunca se desesperou por nada... Nem mesmo quando se viu abatida por aquele tirador de mel...

SEGUNDA ÁRVORE — Aquele tirador de mel!... Não existe mais castigo para os malfetores, não?

PRIMEIRA ÁRVORE — Não sei... Deve existir. Talvez a nossa parlênte e silenciosa irmã saiba responder... Ela sempre teve pôse de sabichona...

SEGUNDA ÁRVORE — Minha bôa e paciente irmã! Posso dirigir-lhe duas palavrinhas?

TERCEIRA ÁRVORE — (Aproximando-se) Pode. Contanto que não passe de duas palavrinhas...

PRIMEIRA ÁRVORE — (Voz rispida) Por que você até no falar é sovina?!

TERCEIRA ÁRVORE — Prá não dizer muita asneira...

PRIMEIRA ÁRVORE — Besteira! Falando a gente desabafa!

SEGUNDA ÁRVORE — Sim. Por isso falamos a noite toda!

TERCEIRA ÁRVORE — Está bem, continuem. Afinal de contas nós somos do mundo das assombrações.

PRIMEIRA E SEGUNDA — (A uma só voz) Somos fantasmas no meio das matas!

TERCEIRA ÁRVORE — Somos fantasmas... A nossa missão não é tagarelar atôa... E sim, testemunhar os castigos da terra!

SEGUNDA ÁRVORE — (Apavorada) Os castigos!...

TERCEIRA ÁRVORE — (Depois de ter ido a uma lateral e voltado ao meio da cena) Ai vem alguém! Vamo-nos desaparecer...

PRIMEIRA E SEGUNDA — Quem é?! Quem é?!

TERCEIRA ÁRVORE — Lembram-se daquele ente que a lua deixou cair na sua última viagem?

PRIMEIRA E SEGUNDA — Mãe da lua! Mãe da lua!

TERCEIRA ÁRVORE — Pois bem. Ela já arranjou marido e vem aí com êle!... Vamos sair! Os dois já vêm perto! (Desaparece)

PRIMEIRA E SEGUNDA — (Zombeteiras) Êh, Mãe da Lua! Êh, Mãe da lua!... (Desaparecem)

(MÃE DA LUA aparece seguida de JOÃO que vem soprando de cansado)

JOÃO — Minha lua! Minha lua! Até onde vais me levar?... (MÃE DA LUA conchicha nos ouvidos de JOÃO) — Vamos ficar aqui?!... Logo no meio da mata?!... Antes a gente tivesse ido prá minha casinha. Ela é pequena, apertada, mas cabe dois direitinho. Dum lado fica o roçado, do outro, um pé de gameleira... E da frente, a gente avista a terra tocar no céu!... Vamos prá lá, minha lua! Se ando mais para frente, cadê forças prá amar?... (Ela novamente cochicha) — O que?! Vai ser aqui, a nossa casa?... Minha lua, minha, lua... A alegria de casar te deixou meio maluca!... Mas não faz mal. Vamos mesmo ficar hoje por aqui. Trocaremos a cama de varas pelo chão cheio de

folhas. E amanhã, a gente vai viver em nossa casinha... (Pausa. Perto de MÃE DA LUA) — Agora, tira êste véu. Tu não precisas mais dêle! (Ela ri) — 'Tou danado de curioso prá ver a tua carinha... Tira o véu, tira a capela... A promessa foi cumprida, agora és minha mulher... (Vai tocar no véu da esposa. Porém esta corre de um lado para outro, toda risonha) — Vai logo, meu rico amor! Te descobre duma vez... (Como súplica na voz) — Não me faças sofrer tanto, não me mates antes do tempo... (Esforça-se para não chorar) Eu te rogo... Eu te rogo... (Falando para o público, enquanto MÃE DA LUA desaparece) — Quando um homem se apaixona, faz tudo quando é besteira... Chega mesmo até chorar, tal e qual uma creança quando pepe e não lhe dão... (Voltando-se e não vendo MÃE DA LUA) — Minha lua! (Aflito) — Minha lua aonde estás?!... (MÃE DA LUA surge à sua frente, sem véu e capela. Simplesmente com o seu rosto horrendo. Não tem olhos, nem nariz, nem boca. E' sòmente um buraco da fronte ao queixo. Ela ri fala de um modo diferente, fanhoso, como imaginamos a voz das almas do outro mundo)

MÃE DA LUA — João, João, João... (Rí baixinho)

JOÃO — (Assombrado desde o momento em que a viu) Santa Mãe! O que 'tou vendo?!... Me salve, Nosso Senhor!...

MÃE DA LUA — (Avançando para JOÃO) João, João, João...

JOÃO — Ai, o inferno! O inferno! Meu padrinho bem que disse! Meu padrinho bem que disse... (Vai recuando) — Vai prá lá, filha do diabo!

MÃE DA LUA — Agora, tu és só meu... Agora é tarde, João...

JOÃO — (Lamentando-se) Ai, meu padrinho! Reze por mim, meu padrinho!...

MÃE DA LUA — Vem me abraçar, João! Eu sou a tua mulher!... (Avança mais para perto de JOÃO)

JOÃO — (Benzendo-se três vezes) Credo! Credo! Credo!

MÃE DA LUA — (Afastando-se como se fôra espancada) — Não! Não!...

JOÃO — (Como se orasse) Continue rezando, meu padrinho! Salve a minha alma arrependida! Faça com que me chegue força prá sair daqui correndo... Me livre dêsse demônio!

MÃE DA LUA — (Avançando) Vamos dormir, João!

JOÃO — (Bezendo-se) Credo! Credo! Credo! (Ela recua e choraminga)

JOÃO — Pode chorar a vida toda! (Ela aumenta o choro e êle vai fugindo)

MÃE DA LUA — (Gritando) João! João!...

JOÃO — (Voltando) Vou buscar mel prá te dar! Êste teu choro é fome! (Ela ri satisfeita)

MÃE DA LUA — Mel prá mim? Prá mim?...

JOÃO — Sim, prá ti, minha mulher! (Pausa) — Fica aí. Num instante vou e volto.

MÃE DA LUA — (Dengosa) Não me engane! Não me engane!...

JOÃO — Tu não és minha mulher? Como eu vou te enganar?

MÃE DA LUA — Então vá... Mas antes eu quero um beijo!

JOÃO — Quando voltar te darei! Não um só. Mas um milhão! (Vai saindo e falando aparte) — Vá rezando, meu padrinho! Já 'tou criando coragem... Vá rezando... Vá rezando... (Perto duma lateral, dispara uma carreira e desaparece gritando) — Meu padrinho! Meu padrinho! Vá rezando ! Vá rezando!!...

MÃE DA LUA — (Histérica) João, João, João!!... (Rindo e chorando, sempre chamando por João, ela desaparece, enquanto de dentro da mata misturado com o barulho de MÃE DA LUA, vem o canto das TRÊS ÁRVORES)

— Êh, Mãe da lua !

— Êh, Mãe da lua !...

— FIM —

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

MARCOS KONDER REIS — O Templo da Estrêla (Rio de Janeiro, Pongetti, 1948, 109 páginas).

O autor nasceu em Santa Catarina, tem 26 anos e já ensina Dinâmica na Escola Técnica do Exército. Não se trata de um estreante: *O Templo da Estrêla* é o quinto livro de Marcos Konder Reis. Livros anteriores: *Tempo e Milagre* (1944), *David* (1946), *Apocalipse* (1947) e *Menino de Luto* (1947). Mas só a partir de *Menino de Luto* é que este jovem poeta entrou no domínio de todos os seus extraordinários recursos. Fato notável: a poesia de Marcos Konder Reis não se parece com a de nenhum outro poeta brasileiro. Nem com a de Murilo Mendes, a quem ele dedica este seu último livro e de quem é amigo fraternal. A poesia de Marcos Konder Reis é nitidamente simbolista (o título já indica isto), mas um simbolismo espontâneo, sem nenhuma intenção conceitual: «muro de ouro», «barco de neblina», «cidade amarela», «porto de cereja», «silêncio de punhal», «flor de areia», «silêncio branco», etc. Os poetas dos quais ele parece estar mais próximo são Rimbaud e Mário de Sá-Carneiro. Como o autor de *Dispersão*, Marcos Konder Reis fala constantemente de bandeiras, palácios, castelos, e a gente sente, lendo os seus versos, a volúpia sá-carneireana do luxo, dos adornos, do cetim, do ouro. Ouro: palavra que encontramos muitas vezes na poesia de Marcos Konder Reis. «Muro de ouro», «portal inesperado e de ouro», «uma galera branca e de ouro», «grade de ouro e azul», etc. Mas a grande obsessão desse poeta é

pelas flores: camélias, lírios, papopulas, anêmonas, e sobretudo, rosas. A palavra rosa aparece 40 vezes no livro: em quase todos os poemas, e em alguns, duas, três e até sete vezes, como no poema das páginas 76 e seguintes. «Rosa branca», «rosa e sinos», «rosa e barranco», «rosa da lua», «rosa louca», «rosa rôta e branca», «rosas amarelas», «rosas e clarões», «rosas na tarde», «rosa que se apaga», «rosas no teu pranto», «rosa aberta», «rosa imaculada», «rosa pronta», «rosa pura», «rosa pálida», «rosas machucadas» (3 vezes num poema) «rosas derradeiras», «rosa colhida», «rosas no castelo», «rosas e silêncio», «rosa agreste», «rosas na luz suave da manhã feliz» — um delírio simbolista que lembra o daquela oração em que o misticismo católico atinge o cume da beleza: a Ladinha de Nossa Senhora. *O Templo da Estrêla* é o título do livro de Marcos Konder Reis. Da estrêla? Não: das rosas. Marcos Konder Reis é o poeta das rosas. Daí o novo nome que lhe deram os seus amigos: Marcos Konder Rosa...

Edson Nery da Fonseca

PAULO ARMANDO — Madrugada Desespêro (Sem notas tipográficas). 118 páginas.

És um livro diferente. Na folha-de-tosto estão apenas dois prenomes e o título do livro. Não sabemos onde, por quem e quando foi editado. Um problema para os catalogadores e para os bibliógrafos. Mas, que sabem os poetas de

catalogação e bibliografia? A Paulo Armando não interessa que o seu livro vá causar dor-de-cabeça aos catalogadores. Para dizer a verdade, a um poeta só uma coisa interessa realmente: a Poesia. E para os que amam a Poesia, o livro de Paulo Armando, em vez de dor-de-cabeça, traz alegria: a alegria de descobrir, no meio de tantas estrélas insignificantes, a de um autêntico poeta. Pelo que fomos informados, o Desespêro a que Paulo Armando alude no título do seu livro, passou completamente, pois o poeta converteu-se ao catolicismo, por influência do seu amigo Gustavo Corção. De modo que em vez de Desespêro, as suas madrugadas são iluminadas agora por uma grande Esperança.

E. N. F.

AFONSO FELIX DE SOUSA — O Túnel (Rio de Janeiro, Edições Orfeu, 1948, 82 páginas).

Chega-nos em edição da jovem revista Orfeu, mais um livro de estréia na poesia: O Túnel, de Afonso Felix de Sousa. O autor é um dos mais conhecidos poetas da novíssima geração. O livro inclui poemas de 1945 a 1947 e está dividido em 3 partes: «Sonetos Elementares». «Prolongamento» e «Preparação para a elegia do tempo e do homem». Todos reconhecem que a influência predominante no autor é a de Carlos Drummond de Andrade: «inusitado sonho» (p. 19). «É tempo de amargas aceitações
Tempo de podres vermes corroendo-nos o sangue»

(p. 77). Gostaria de lembrar também o nome de Vinícius de Moraes, menos pela «Minha balada do Mangue» do que por certa constante que encontro tanto nas Cinco Elegias de Vinícius como em vários poemas de O Túnel (veja-se, por exemplo, o poema da página 74).

E. N. F.

JOÃO CLIMACO BEZERRA — Não há estrélas no céu (Rio de Janeiro, José Olympio, 1948, 228 páginas).

Este é o romance de estréia do escritor cearense João Climaco Bezerra, cujo

nome se imporá desde logo à atenção do público e da crítica, pelas suas qualidades como escritor e pela sua autêntica vocação para o gênero. João Climaco Bezerra publicou em 1940 um ensaio sociológico sobre o Cariri, que mereceu elogiosas referências do mestre Gilberto Freyre. É atualmente Diretor Técnico de Educação do Ceará. Em carta ao autor, o crítico Otto Maria Carpeaux afirmou ser o romance Não há estrélas no céu uma «obra da madureza surpreendente, revelando evidente vocação de romancista».

E. N. F.

TAUNAY, AFFONSO DE E: — História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo nono. (São Paulo, Edição do Museu Paulista, Imprensa Oficial do Estado, 1948, xiii, 676 páginas).

O eminente historiador Affonso de Escagnolle Taunay continua a publicação da sua monumental História das Bandeiras, iniciada já há dois anos. O volume nono abrange a seguinte matéria: Início do grande ciclo de ouro, os primeiros anos das Minas Gerais, a Guerra dos Emboabas. O volume possui índices onomástico e geográfico, utilíssimos em obras deste gênero, mas infelizmente muito pouco usados no Brasil.

E. N. F.

JOHN DOS PASSOS — 3 Soldados. Tradução de Enéas Camargo (Curitiba, Guaíra, sem data, 480 páginas. Estante Americana, v. nº. 7).

A Guaíra, que já havia editado os três romances de Dos Passos que compõem a obra U. S. A., acaba de lançar a tradução de Three Soldiers, o segundo livro publicado por esse notável escritor (1921). O volume é apresentado pelo tradutor e contém ainda uma introdução do autor, datada de 1932. O romance descreve com realismo o que a guerra fez de 3 rapazes diferentes.

JULIEN GREEN — *Leviathan*. Tradução de Almeida Salles (São Paulo, Instituto Progresso Editorial (1948) 274 páginas e 3 folhas. Coleção Oceano, v. 18).

Este é o primeiro livro de Julien Green que aparece no Brasil, e o segundo traduzido para o português: *Mela Noite* foi editado há vários anos em Portugal. Mas a obra-prima de Green é mesmo *Leviathan*, que foi publicado em 1929, como seu terceiro romance (os primeiros foram *Mont-Cinére* e *Adrienne Mesurat*). Julien Green é muito conhecido e estimado no Brasil, notando-se influência decisiva dos seus romances na obra de um dos nossos maiores romancistas: Lúcio Cardoso.

WILLIAM FAULKNER — *Santuário*. Tradução de Lígia Junqueira Smith (São Paulo, Instituto Progresso Editorial (1948) 300, viii páginas. Coleção Oceano, v. 12).

WILLIAM FAULKNER — *Luz de Agosto*. Tradução de Berenice Xavier (Pôrto Alegre, Globo (1948) 348 páginas, 2 folhas. Coleção Nobel, v. G 22).

Quasi ao mesmo tempo, aparecem no Brasil duas obras de William Faulkner, considerado o maior romancista norteamericano dos nossos dias. E já aparecem tarde, pois há muito que esperávamos por elas, para nos consolarmos de tantos *best-sellers* que nos chegam da terra de Tio Sam. Os romances de Faulkner possuem uma atmosfera peculiar de tragédia e são dotados de grande força poética. O seu último romance — *Intruder in the Dust* — foi largamente comentado nos Estados Unidos e na Europa, tendo o crítico de *Time* afirmado tratar-se não apenas da obra-prima de Faulkner, mas do maior romance da nossa época.

MARCEL PROUST — *No caminho de Swann*. Tradução de Mário Quintana. (Pôrto Alegre, Globo (1948). 349 páginas, 1 folha. Coleção Nobel, v. G 23).

Em matéria de traduções, este foi o maior acontecimento do ano de 1948. A Editora do Globo está de parabéns pela verdadeira aventura que é o lançamento em português da famosa obra de Proust. E' o responsável por esta aventura é o grande poeta Mário Quintana. Acompanha o primeiro volume de *Em Busca do Tempo Perdido*, um utilíssimo folheto, escrito por Augusto Meyer: «Notas para a leitura de *No Caminho de Swann*». Mas a verdade é que um crítico da província — o sr. Gláucio Veiga — refutou várias das explicações dadas pelo mestre Augusto Meyer. Os rapazes da nova geração estão de binóculos assastados para surpreender qualquer cochilo da gente mais velha.

E. N. F.

REVISTAS

QUIXOTE. Número 4. Pôrto Alegre, Fevereiro de 1949. Secretários: Silvio Duncan e Raymundo Faoro; redator-chefe: João Francisco Ferreira.

Publicando colaboração de escritores novos do Nordeste e do extremo Sul, *Quixote* está realizando o programa da revista planejada por Gilberto Freyre e Erico Veríssimo; formar o eixo intelectual Recife-Pôrto Alegre. E' pena que *Provincia* não tenha aparecido. Nessa revista Gilberto Freyre continuaria a grande obra iniciada com um jornal do mesmo nome, que ele dirigiu no Recife até 1930. Mas aí estão os moços de Pôrto Alegre realizando o projeto do grande mestre do Recife: deslocar o centro da agitação intelectual da metrópole para as províncias.

Um dos diretores de *Quixote* é o simpático Raymundo Faoro, jovem de muitas letras em cujos artigos nota-se a força de um autêntico pensador. O número 4 traz, como os anteriores, uma capa sugestiva de Paulo Flores. Outras ilustrações assinadas por Victório Gheno e Do-

rotea Pinto da Silva. Poemas de Vicente Moliterno, Heitor Saldanha, Ariano Suassuna, Sílvio Duncan, Sérgio de Castro, Colombo de Souza, Paulo Corrêla Lopes, José Laurêncio de Melo, Antônio Girão Barroso, L. Cavalcanti, Otacílio Colares, Dora Isella Russel, João Francisco Ferreira, Milca Helena, C. da Cunha Moliterno, Artusina Loreto e José Paulo Bisol. Artigos de Wilson Chagas, Raymundo Faoro, Acélio Daudt, Ermanno Ducceschi. Contos de Fernando Jorge Schneider, Nathaniel Guimarães, Emilia Alice. Epílogo de uma peça de Hermilo Borba Filho. Crônica de Josué Guimarães. E movimentada secção editorial intitulada «Andanças do Quixote». Endereço de Quixote: Klachuelo, 1238, térreo. Pôrto Alegre. R. G. do Sul.

E. N. F.

CADERNO DA BAHIA. Número 3. Janeiro de 1949. Corpo diretivo: Claudio Tuiuti Tavares, Vasconcelos Maia, Darwin Brandão e Wilson Rocha.

Revista de escritores novos da Bahia, com boa colaboração e ótimas ilustrações. Artigos de Walter da Silveira, Otto Maria Carpeaux, Luiz Henrique Dias Tavares, Ruth Guimarães, Darwin Brandão e Motta e Silva, Fedor Kelin, Maria José Passos. Poemas de Nicolás Guillén, (tradução de Manuel Bandeira), José Godoi Garcia, Antônio Santos Moraes, Wilson Rocha, Camillo de Jesús Lima. Conto de Vasconcelos Maia. Correspondência de Monteiro Lobato com João Palma Neto. Secções de Livros, Música e Cinema. Ilustrações de Mário Cravo, Ladislau Bartok, Genaro de Carvalho e Hélio Vaz. Este número traz ainda, em folhas soltas, desenhos e programa da exposição do grande pintor balano Carlos Bastos. Endereço de Caderno da Bahia: Rua Guindaste dos Padres, 20. Salvador.

NORDESTE. Ano 4, número 3. Recife. Março de 1949. Diretor. Esmaragdo Marroquim. Redator-chefe: Aderbal Jurema.

Artigos de Gilberto Freyre, Oswaldo

Lamartine, Angela Delouche, Augusto Meyer, Murilo Miranda, Regis Velho, T. S. Eliot (tradução de Edson Regis) e Tiago Lubambo de Brito. Contos do Francisco Julião, Breno, Acioli. 1º. ato de uma peça de Joel Pontes. Ilustrações de Zito, Fayga Ostrower, Ladjane. Poemas de Aderbal Jurema. E mais as seguintes secções: «Tópicos», «Falamos críticos», «Falamos novos», «Falamos editores», «O livro do mês», «Falamos poetas». Endereço de Nordeste: Rua do Imperador, 468, 1º. andar, Recife.

CORREIO DAS ARTES. Suplemento literário de «A União». João Pessoa, 1949.

O jornal paraibano A União lançou um dos melhores suplementos literários do Brasil, orientado pelo poeta pernambucano Edson Regis e com selecionado corpo de colaboradores. Nas páginas do Correio das Artes têm aparecido nomes desconhecidos, ao lado dos mais consagrados escritores brasileiros. Mas entre esses desconhecidos da província encontram-se elementos de grande valor, como o poeta Fernando Santa Cruz. Endereço do Correio das Artes: Redação d'A União João Pessoa. Paraíba.

E. N. F.

ORFEU. Verão de 1949. Nº. 6. Direção de Fred Pinheiro e Fernando Ferreira de Loanda.

Destacamos neste número de Orfeu o artigo de Afonso Felix de Souza sobre a poesia de Augusto Frederico Schmidt e o de Wilson Martins sobre José Geraldo Vieira. Os editoriais da revista atacam muito o grande poeta Carlos Drummond de Andrade. Artigos de Edmundo Fonseca, Jonas Ferreira Lima, Lucy Teixeira, Pizarro Drummond, Jean-Paul Sartre, Alvaro Lins, Poemas de Fernando Ferreira de Loanda, Wilson de Figueiredo, Fred Pinheiro, Edson Regis, Cyro Pimentel, Ledo Ivo, Darcy Damasceno. Contos de Bernardo Gersen e Franz Kafka. Ilustrações de Picasso, Anísio Medeiros, Oswaldo Goeldi, Amílcar de Castro Filho, Almada Negreiros, Franz

Wenssmann, Yllen Kerr, Dignimont, Renoir, Poty, Guignard. Endereço de Ofício: Rua São Luiz Gonzaga, 419. Distrito Federal.

CULTURA, Ano 1, nº. 1. Rio de Janeiro. Serviço de documentação do Ministério da Educação e Saúde, 1949. Diretor: José Se-
meão Leal.

Depois que a Revista do Brasil morreu, ficamos por muito tempo sem outra publicação literária. De repente, como por encanto, começaram a aparecer, de todas as partes do Brasil, revistas de escritores novos como Joaquim, Região, Agora, Clã, e muitas outras. E veio também a Província de São Pedro, uma revista austera, dirigida pela velha geração de Porto Alegre. Mas Província de São Pedro está sae-não-sae. Parece que agoniza. E enquanto agoniza (sem intenção de parodiar Faulkner) a importante revista de Porto Alegre, surge no Rio uma publicação tão importante como Província de São Pedro, e levando sobre esta a vantagem de ter uma apresentação material muito melhor. Cultura é o nome da nova revista literária, uma publicação que honra o Brasil. Traz no seu primeiro número artigos de Renato Almeida, Lúcio Costa, Evaldo Coutinho, Euryalo Canabrava, Arthur Ramos, Arthur Cezar F. Regis, Gilberto Freyre, José Honório Rodrigues, Wolfgang Hoffmann Harnisch, João Augusto de Araújo Castro, Antônio Houaiss, Otto Maria Carpeaux e Joaquim Cardozo. Ótimas reproduções de fotografias e desenhos, transcrições de excelentes artigos publicados na imprensa brasileira, e movimentadas secções de Bibliografia, e Vária. Endereço de Cultura: Serviço de Documentação do M. E. S. Edifício do M. E. S., 9º. andar. Rio de Janeiro, Distrito Federal.

E. N. F.

LUMEN. Ano 1, nº. 1. Recife, Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia do Recife, 1948.

Artigos do Cônego Xavier Pedrosa,

Teodoro Kadletz, Dirce Machado, Maria do Carmo dos Santos Souto, Carminha Pereira, Maria do Carmo Tavares de Miranda, Maria do Carmo Carvalho de Mendonça, R. S. D. e poemas de Myriam Coeli de Araújo e Maria do Carmo Barreto Campelo de Melo. Reproduz os «Testes para a 1ª. infância», de Buhler e Heltzer, incluindo ainda noticiário da vida escolar.

REVISTA BRASILEIRA DE POESIA. Ano I. Volume I. Nº. 3 (Agosto). São Paulo, 1948. Diretor responsável: Péricles Eugênio da Silva Ramos.

Uma revista que tem como diretor um poeta como Péricles Eugênio da Silva Ramos — o autor do livro admirável que é Lamentação Floral — só pode se impor à nossa consideração. Os conselhos diretor e consultivo da Revista Brasileira de Poesia só fazem aumentar esta consideração, constituído, como é, dos intelectuais mais expressivos de São Paulo. Este número abre com duas colaborações muito fracas: a «Mensagem» do acadêmico Menotti Del Picchia e a «Elegia da Fazenda Penedo», de José Geraldo Vieira. Mas a revista se salva pelos artigos de Leonard S. Downes, Antônio Cândido — «Notas sobre dois aspectos de Ezra Pound» —, Carlos Burlamaqui Kopke, e sobretudo, pelos poemas de Sta. John Perse — que aparecem no original e em tradução magnífica de Sérgio Buarque de Holanda. Há, ainda, poemas de Mário da Silva Brito, Lêdo Ivo, Péricles Eugênio da Silva Ramos, e de novíssimos paulistas: Luís Lopes Coelho, Paulo Sérgio, José Escobar Faria, Dalmo Florence e Ciro Pimentel. Notas biográficas dos colaboradores, «Noticiário», «Arquivo» e «Bibliografia».

E. N. F.

JOAQUIM. Revista mensal de arte (em homenagem a todos os joaquins do Brasil). Diretor: Dalton Trevisan. Ano III. Número 20 (Outubro). Curitiba, 1948.

Capa de Portinari, que também assina

uma pequena mensagem aos artistas novos do Brasil, pedindo «uma arte para o povo e não para meia dúzia de viciados em folhinha e nem para os Snobs». Várias notas, assinadas por Carlos Drummond de Andrade, Arturo Torres Riosco, Waltensir Dutra e José Augusto Guerra; belíssimo poema de Murilo Mendes; entrevista com Wilson Martins; conto de Dalton Trevisan; artigos de Bernardo Gerson, José Geraldo Vieira, Glauco Flores de Sá Brito, José Paulo Moreira da Fonseca, Temístocles Linhares, Antônio Girão Barroso e Machado de Assis; depoimentos de Oscar Sabilo Jr., Marcel Arland, Pierre Gripari, Paul Viallaneix, e Jean-François Iyotard; seção de «revista de livros».

PRESENÇA. Ano IV. Nº. 4-5 (Julho-Agosto). Salvador, 1948. Diretora: Maria Antônia Matos. Secretária: Estela Froes.

Artigos do Padre Orlando Vilela, de D. Estevão Bettencourt O.S.B. e J. Rego; poemas de Jair Gramaco e Iza de Oliveira; transcrições de um Salmo, da encíclica Mediator Dei, do livro Vida em Deus e de uma página de Emerson. Continuação de uma série de ilustrações dos Sinais e Símbolos cristãos. Seção de livros, boa como sempre, comentando A Rússia de Stalin, de Suzanne Labin («páginas agudas como um bisturi e respondíveis como um cálculo certo») e transcrevendo um artigo da revista Ephemerides Liturgicae, editada na cidade do Vaticano, em que A. Bugnini dá excelente resposta ao Padre M. Teixeira Leite Penido, pela sua incompreensão a respeito da Liturgia, manifestada no livro O Corpo Místico.

ESQUADRILHA. Órgão oficial do corpo de cadetes do ar e da Sociedade dos cadetes do ar. Campo dos Afonsos, Distrito Federal, Escola de Aeronáutica. Número 25 (Outubro-Novembro). Diretor: Cadete do Ar Lauro Ney Menezes. Redator-chefe: Cadete do Ar Ivan de Almeida Sá.

Simpática revista dos alunos da Escola de Aeronáutica, impressa na própria Es-

cola, trazendo noticiário das atividades daquele importante estabelecimento de ensino militar, colaboração técnica e muitas fotografias.

A VIDA DOS LIVROS. Noticiário das edições da Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1948. Ano III, Número 20 (Julho-Setembro).

Traz um artigo de Tristão de Athayde sobre o padre Leonel Franca; perfis de Anísio Teixeira e René Fulop-Miller; efemérides literárias; notas e anedotas; noticiário ilustrado das edições José Olympio. As edições mais importantes lançadas ultimamente pelo referido editor foram: A Donzela e a Moura Torta, crônicas de Raquel de Queiroz; O Camarada Whitman e Joaquim Nabuco, conferência e discurso de Gilberto Freyre; Presença de Anita, audacioso romance de estréia de Mário Donato; Um Pé de Milho, crônicas de Rubem Braga; Gauchos e Beduínos, ensaio sociológico de Manuelito Dornelas.

DÍNAMO. Órgão oficial do D. A. I. E. I. Ano III. Número I. Itajubá. Maio-Junho de 1948.

BISTURI. Órgão oficial do Centro Acadêmico «Oswaldo Cruz», da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Redator-chefe: Martinus Suzuki. Diretor: Walter Bel-da. Ano XVI. Números 53 (Junho) e 54 (Setembro).

O COMBATE. Órgão de opinião universitária da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Diretor: Anísio Rocha. Ano IV. Número 33. Junho de 1948.

O CÍFRAC. Órgão representativo do Centro Acadêmico de Economia e Finanças e Administração de São Paulo. Diretor honorário: Cemar Pimentel. Diretor: Napoleão Caratin. Ano 4. Números 10 (Maio) e 11 (Agosto). O número 11 reproduz o conhecido poema de Kipling «If», em tradução de Guilherme de Almeida.

ALVARISTA. Órgão oficial do Centro Acadêmico «Alvares Penteado». Diretor responsável: Wilson L. Bonalume. Ano VI. Vol. VI. Número 2 (Junho).

ROTARY CLUB DO RECIFE. Boletim semanal. Redator responsável: Fernando Pio. Ano XVII. Números 10, 11 e 12, (8, 15 e 22 de Setembro de 1948).

COOPERATIVISMO. Publicação mensal da Caixa de Crédito Cooperativo. Ano III. Número 26 (Agosto). Rio de Janeiro, Gráfica econômica, 1948. Destacamos o artigo de Yvone Jean sobre «Os prédios coletivos do Estocolmo».

NOTAS

O sr. Bernardo Gersen escreveu interessante artigo, publicado pela revista Joaquim, a propósito «da inexistência de um romance urbano no Brasil». Sobre o assunto o crítico Astrogildo Pereira fez inteligentes comentários, em estudo publicado no número da Revista do Brasil dedicado ao romance brasileiro (Maio de 1941). A conclusão do mestre Astrogildo Pereira é a mesma a que chegou agora o sr. Bernardo Gersen: «não existe nenhum romance sobre qualquer cidade brasileira» que se possa enquadrar na categoria de romance urbano, no sentido rigoroso de «suma romanesca» da cidade, segundo a classificação de Thibaudet. (Astrogildo Pereira «Romancistas da cidade: Macedo, Manuel Antônio e Lima Barreto», in Revista do Brasil, Maio de 1941, p. 26). Não sei porque o sr. Bernardo Gersen não se referiu no seu interessante artigo a Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida e Lima Barreto — três autores que embora não se enquadrem na categoria definida por Thibaudet, podem ser considerados como os precursores do romance de cidade no Brasil. Nas Memórias de um Sargento de Milícias, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro aparece com uma força de sugestão pictórica que o sr. Astrogildo Pereira comparou à de Debret, dizendo ser impossível

vel «bem compreender a vida do Rio no começo do século passado sem os ter lido e visto». Também não devemos esquecer os romances do sr. Jorge Amado que têm por cenário a cidade do Salvador, nem O Moleque Ricardo, do sr. José Lins do Rego, cujo enredo se desenrola no Recife.

Por iniciativa do pensador Roger Caillois, será editado brevemente na França, em tradução confiada ao professor Roger Bastide, o livro Casa Grande & Senzala, do escritor pernambucano Gilberto Freyre. Trata-se de uma obra monumental, baseada em métodos de investigação rigorosamente científicos e, ao mesmo tempo, valorizada por um estilo que a coloca em lugar destacado na literatura brasileira.

A livraria da Companhia Editora Nacional no Recife informa que o livro mais vendido nos seus balcões, durante o ano de 1948, foi Arruar, do escritor pernambucano Mário Sette, em edição de luxo da Casa do Estudante do Brasil. No mês de Novembro, os livros que alcançaram maior venda foram: a História da Segunda Guerra Mundial, de Winston Churchill (Companhia Editora Nacional), Retrato num Espelho, de Charles Morgan (Globo), Leviathan, de Julien Green (Instituto Progresso Editorial) e No Caminho de Swann, de Marcel Proust, sendo que este último bateu o record na referida livraria: 37 exemplares vendidos em duas semanas.

A adesão do poeta norte-americano Ezra Pound ao fascismo, por volta de 1930, continuam sendo largamente comentada pelos críticos. Anotamos entre os recentes artigos no estrangeiro, os de T. S. Eliot e Robert M. Adams, e, no Brasil, os de Otto Maria Carpeaux e Antônio Cândido. Ezra Pound está sofrendo das faculdades mentais e encontra-se recolhido a uma casa de saúde.

Remessa de livros: Edson Nery da Fonseca. Biblioteca da Faculdade de Direito. Recife. Pernambuco.

**O melhor elogio que se pode fazer de um
estabelecimento comercial é recomenda-lo**

**Recomendamos aos estudantes para
suas compras de tecidos**

CASAS JOSÉ ARAUJO S. A.

[BEM NA PRACINHA)

Recife

Pernambuco

T. S. A. P.

**A MAIOR FABRICA DE TECIDOS DO
NORTE**

TODA VARIEDADE EM

SEDA E ALGODÃO

RECIFE - AV. VISCONDE SUASSUNA, 393 - PERNAMBUCO

Usina Aliança

ORGULHO DA INDUSTRIA

NORDESTINA

Pessoa de Mello & Cia.

ALIANÇA

PERNAMBUCO

Livraria Universal

A SUA LIVRARIA

**COMPLETO SORTIMENTO DE ARTIGOS
DE ESCRITORIO E MATERIAL ESCOLAR
LIVROS TECNICOS E ESPECIALISADOS**

A. PEREIRA

AV. R. BRANCO, 50 - 58

Recife - Pernambuco

***Vista Com Distinção e Elegancia
Comprando Seus Vestidos nas***

Lojas Paulistas
Fazendas

**Voiles - Fantasias - Sedas - Cambraias
Brins de Linho - Panamás - Mus-
sulinas**

**Grande variedade de tecidos pelos
melhores preços**

Lojas Paulistas
Fazendas

R: Nova P. Independencia - Lr. Encruzilhada - Casa Amarela

CHEGOU

SEU

AUTOMOVEIL

“VAUXHALL”

Distribuidores : MOREIRA

IRMÃOS

COMERCIO

S. A.

RECIFE - CONCORDIA, 278 - PERNAMBUCO

CAIXA ECONOMICA FEDERAL DE PERNAMBUCO

**Unico estabelecimento de crédito com
garantia Federal**

SOLIDEZ - PRESTEZA - SEGURANÇA

PRASO FIXO : 6 o/o AO ANO - ATE' CR\$ 300,000,00

Depositos e retiradas isentos de selos

Visite as suas novas instalações

Matriz : Av. Marquês de Olinda n. 207

CARVALHO & CIA.

CAPITAL CR\$ 15.000.000,00

Av. Guararapes, 154 - Edif. ALMARE

COMISSÕES — CONSIGNAÇÕES — CONTA PRÓPRIA

Importam diretamente das fontes produtoras nacionais e estrangeiras mantendo grandes estoques de:

SECÇÃO MATERIAIS CONSTRUÇÃO

Cimento Portland, branco, colorido
Ferro redondo, quadrado, em barra
Canos pretos e galvanizados
Taboas de pinho
Louça sanitária
Ferragens
Tintas esmaltes
Eletrodutos, etc., etc., etc.

SECÇÃO DE FERRO — AÇO

Chapas pretas e galvanizadas
Chapas de ação inoxidável
Chapas de zinco, cobre e latão
Canos de aço para vapor e água
Canos de cobre e latão
Aço quadrado e em barras
Eixos polidos para transmissão
Cabos de aço, etc., etc., etc.

SECÇÃO DE MAQUINAS

Motôres Diezel e gasolina
Grupos eletrogenos
Compressores de ar
Bombas centrifugas
Bombas para poço profundo
Máquinas Lincoln p/solda
Esmerilhadores elétricos

SECÇÃO DE RADIOS, ETC.

Rádios Ecophone
Radiolas Scott
Refrigeradores McGray

Distribuidores dos Automoveis : KAISER - FRAZER - AUSTIN

RECIFE - PERNAMBUCO

3 mar 1971 *doação*

GRANDES MOINHOS DO BRASIL S. A.

FARINHA DE TRIGO

"OLINDA"

340.05

R 2972

QUALIDADE - RENDIMENTO - LUCRO



Rações Balanceadas Para Animais

F A R E L O

AVEVITA - BOVINOVITA

SUINOVITA - EQUINOVITA



RECIFE - PERNAMBUCO

NÃO PODE SAIR
DA BIBLIOTECA

